

Luciano Pires de Andrade
Suzana Pedroza da Silva
Horasa Maria Lima da Silva Andrade
(Organizadores)

Agroindústrias Familiares

Experiências de beneficiamento no semiárido nordestino



ISBN 978-65-00-56004-6

Luciano Pires de Andrade
Suzana Pedroza da Silva
Horasa Maria Lima da Silva Andrade
(Organizadores)

Agroindústrias Familiares

Experiências de beneficiamento no semiárido nordestino



Garanhuns, 2022
1ª edição

ISBN 978-65-00-56004-6



Prof. Airon Aparecido Silva de Melo
Reitor Pro-Tempore da UFPAE

Prof. Mácio Farias de Moura
Vice-Reitor Pro-Tempore da UFPAE

Profª. Horasa Maria Lima da Silva Andrade
Prof. Luciano Pires de Andrade
Coordenação do Núcleo Agrofamiliar

Ivo Thadeu Lira Mendonça
Diagramação e editoração

Clarice de Freitas Silva
Ilustração

Valdeni Venceslau Bevenuto
Revisão



Avenida Bom Pastor, s/n.º - Boa Vista - Garanhuns/PE - CEP: 55292-270
E-mail: nucleoagrofamiliar@ufape.edu.br - Tel.: +55 87 3764-5530
<http://www.nucleoagrofamiliar.ufape.edu.br/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPAE
Biblioteca Ariano Suassuna, Garanhuns - PE, Brasil

A281 Agroindústria familiares : experiências de beneficiamento no Semiárido nordestino [recurso eletrônico] / Luciano Pires de Andrade, Suzana Pedroza da Silva, Horasa Maria Lima da Silva Andrade, organizadores. – 1. ed. - Garanhuns: Agrofamiliar, 2022. 85 p. : il.

Obra disponível em versão eletrônica
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-00-56004-6
DOI 10.52719/Agroindustrias.Familiares

1. Agroindústria 2. Agricultura familiar 3. Associativismo 4. Desenvolvimento rural 5. Desenvolvimento sustentável I. Andrade, Luciano Pires de, org. II. Silva, Suzana Pedroza da, org. III. Andrade, Horasa Maria Lima da Silva, org. IV. Título.

CDD 338.1

Elaborada por: Jaciara Maria Felix – CRB4/1642

Como citar esta obra:

ANDRADE, L. P. de; SILVA, S. P. DA; ANDRADE, H. M. L. da S. (Orgs.). **Agroindústrias familiares**: experiências de beneficiamento no semiárido nordestino. 1. ed. Garanhuns: Agrofamiliar, 2022. 85 p. DOI: <https://doi.org/10.52719/Agroindustrias.Familiares>

Alineaurea Florentino Silva – Embrapa Semiárido

Alissandra Trajano Nunes – Universidade de Pernambuco

Antônio Francisco Menezes da Silva Filho – Instituto Federal do Maranhão

Cynthia Xavier de Carvalho – Universidade Federal de Pernambuco

Georgiana Eurides de Carvalho Marques – Instituto Federal do Maranhão

Horasa Maria Lima da Silva Andrade – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Irinéia Rosa do Nascimento – Instituto Federal de Sergipe

João Batista Barros de Amorim – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Josabete Salgueiro Bezerra de Carvalho – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Kelci Anne Pereira – Universidade Federal do Piauí

Luciana Maia Moser – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Luciano Pires de Andrade – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Lucivânio Jatobá de Oliveira – Universidade Federal de Pernambuco

Mariel José Pimentel de Andrade – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Maviael Fonsêca de Castro – Instituto Agronômico de Pernambuco

Mayara Dalla Lana – Instituto Federal de Pernambuco

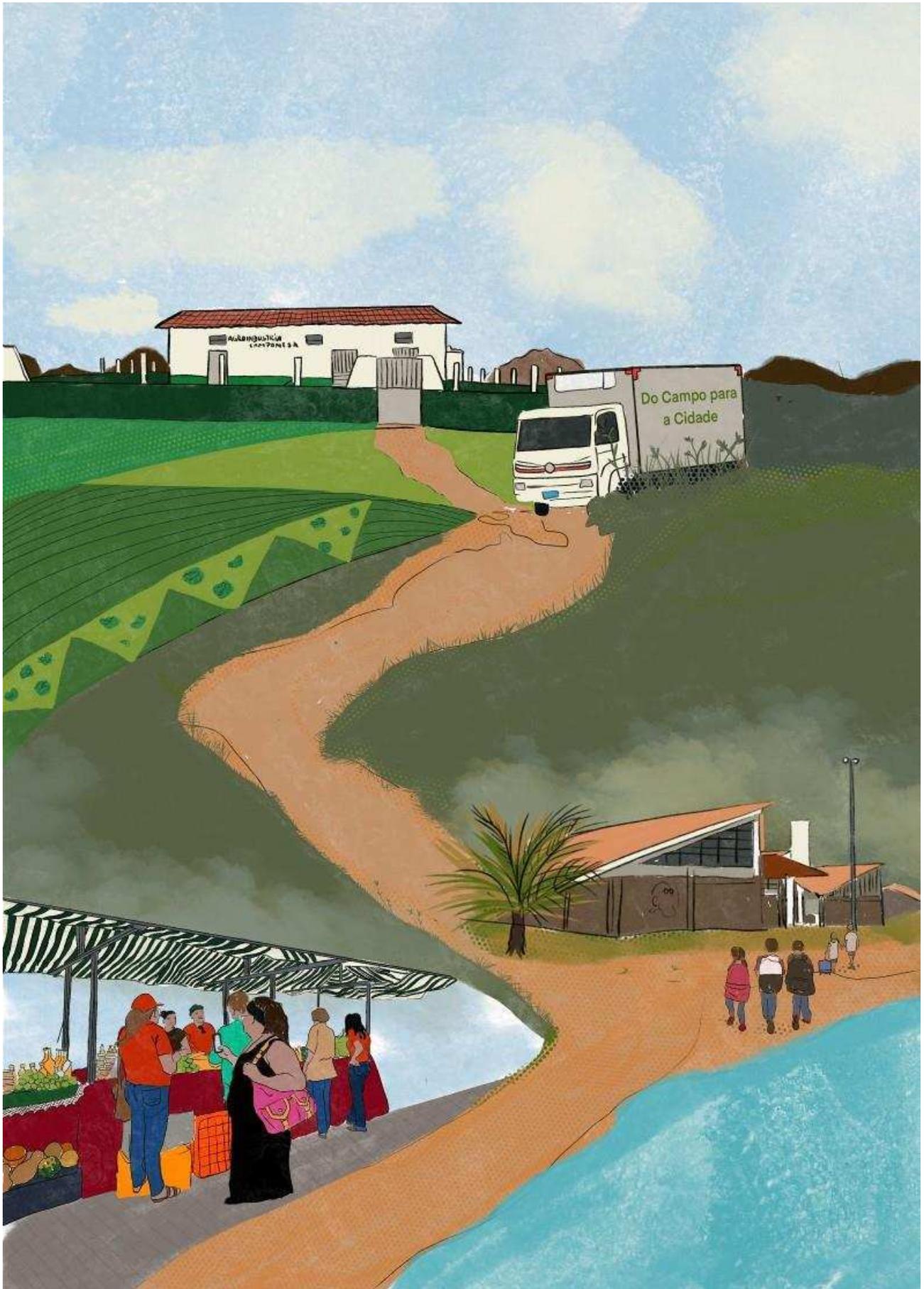
Priscila Teixeira de Souza Carneiro – Universidade Federal do Cariri

Valcilene Rodrigues da Silva – Universidade Federal do Piauí

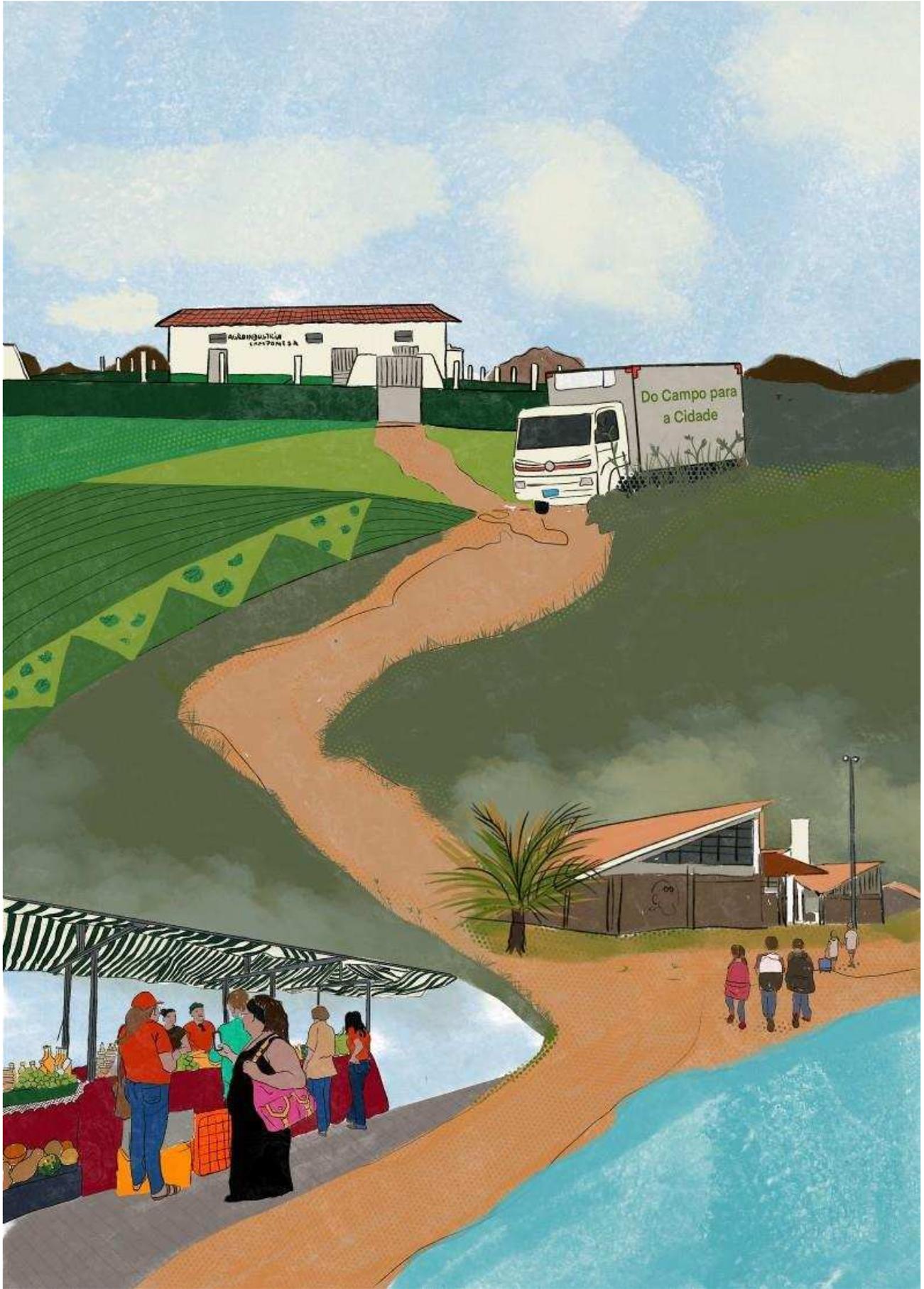
Vânia Christina Nascimento Porto – Universidade Federal do Semiárido

Werônica Meira de Souza – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Xavier Fernández Simón – Universidade de Vigo (ESP)



Prefácio.....	7
Apresentação	11
A afirmação socioeconômica da mulher camponesa através da agroindustrialização do mel de abelha.....	13
Beneficiamento de produtos agroextrativistas: experiências da associação aroeira na região do Baixo São Francisco.....	29
Aspectos socioeconômicos de uma agroindústria familiar	45
Mulheres agricultoras: desafios e aprendizagens na construção autogestionária da cozinha agrofamiliar arte e sabor na Zona da Mata de Pernambuco	57
Boleiras da Normandia: uma história de resistência e superação no agreste de Pernambuco	71
Sobre os autores.....	83



Salete Barbosa de Oliveira, mestre em psicanálise e educação, cooperada da Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa – COOPCAM
João Roberto Correia, pós-doutorado em Patrimônio local e agricultura, pesquisador da Embrapa Alimentos e Territórios

Destacamos e nos congratulamos com a iniciativa da UFRPE, em particular do Curso de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, pela iniciativa do registro em livro de experiências exitosas e instigantes de grupos de mulheres do nordeste brasileiro. No universo de estudos rurais ou de sociedades camponesas, Ellen Woortman¹ já destacava que estudos sobre o papel da mulher indicavam que ela se encontrava numa posição “submissa à família”. Afirmava ainda que mesmo teóricos clássicos das décadas de 1960 e 1970 percebiam a mulher/mãe mais como consumidora do que produtora, “inviabilizada e indissociada pelo ‘coletivismo interno’ da família” (p. 267). Apenas mais tarde, já com base em outros referenciais etnográficos, essa visão começa a mudar. Hoje, cerca de 50 anos mais tarde, estamos presenciando uma forte mudança na academia e nos textos por ela produzidos acerca das abordagens de estudos de gênero. Tudo fruto das mudanças que as próprias mulheres vêm provocando e implementando ao longo dos tempos, onde sair da invisibilidade é condição base para sua existência enquanto ser humano que sente, que ama, que transmite amor, ternura, força de luta pela vida, testemunhas que somos no momento em que nascemos, já que delas somos fruto.

As mulheres campesinas são uma representação que expressa muito bem o desmonte do patriarcado e de toda a opressão que emergiu desse modelo de existência, envolvendo dominação social, econômica e cultural. Hoje no campo, em especial no Nordeste, presenciamos uma presença da mulher proativa, construindo sua autonomia enquanto cidadã dona de seu caminhar, se permitindo inclusive encontrar ao longo de sua estrada, um companheiro ou companheira com quem é possível juntar sonhos e construções. Ou mesmo, exercer o seu direito de ficar e estar sozinha, consigo mesma se assim o desejar, como todo ser humano que é livre por natureza.

¹ WOORTMANN, E. F. Espaços de gênero, casa e gestão alimentar: contexto rural teuto-brasileiro. In: MENASCHE, R. **Saberes e Sabores da Colônia**: Alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

Mas trazendo para a temática desta publicação, essa proatividade feminina está em franco crescimento no campo da agricultura familiar e do campesinato. Uma das constatações está no último Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em 2019 na cidade de Aracaju, Sergipe, onde mais de 80 trabalhos foram apresentados por experiências de mulheres no campo agroecológico só no Eixo Temático “Mulheres, Feminismo e Agroecologia”. Esse resultado soma-se ao aumento da participação feminina como responsáveis pelos estabelecimentos rurais entre os anos de 2006 e 2017, de cerca de 30%². Outro indicador interessante do Censo Agropecuário de 2017 é que os estabelecimentos da Agricultura Familiar dirigidos por mulheres no Brasil, representavam, naquele ano, 19,7%, concentrando-se nos estratos de área de até 20ha, representando 77,8% dos estabelecimentos da Agricultura Familiar. A região nordeste apresenta maior percentual de mulheres agricultoras familiares dirigindo estabelecimentos, sendo 24,3%. “Quando se avaliam os estabelecimentos dirigidos por produtora individual mulher, 83% são da agricultura familiar” (Hora et al.,2021).

No campo das agroindústrias, o crescimento da participação feminina é notório, mas ainda com poucos dados para fornecer essa dimensão. É nesse sentido que registros como o presente livro tomam uma importância muito grande, uma vez que essas informações espalhadas pelo Brasil ainda carecem de sistematização. Mas não uma sistematização para indicar número, quantidade, mas para registrar a qualidade do que está sendo construído, a forma como se vem dando a organização das mulheres para a conquista de mais esse espaço que também é seu por direito, de mostrar seus saberes próprios, e de conquistar sua autonomia financeira e a de seu núcleo familiar. Núcleo familiar que representa um espaço de aprendizado, evolução, amor, cumplicidade, respeito, cuidado... que levamos para nossa sociedade e onde as mulheres, pela sua natureza, expressam e emanam sensibilidade, sabedoria, firmeza, força, ternura, espiritualidade, amorosidade, liderança, contribuindo para um mundo mais fraterno e justo.

Mas como flores possuem espinhos, todo esse movimento de busca por autonomia e superação da opressão que secularmente vêm sendo submetidas, exige um grito de rebeldia, conclamando para a libertação de quaisquer que sejam os jugos!

"ANDAR COM OS PRÓPRIOS PÉS"

REFRÃO:

Cansei de ser domesticada
Quero andar com os próprios pés
Organizar a rebeldia
E assim, deixar de ser refém.

1. Mulher não nasceu pra ser escrava

² Karla Hora, Miriam Nobre e Andrea Butto. As mulheres no Censo Agropecuário 2017, publicado pela ABRA/FRIEDRICH EBERT STIFTUNG em maio de 2021.

Isso é coisa inventada
 Pra poder nos oprimir
 Já é tempo de acordar
 Mulher tem o seu lugar
 Vamos juntas resistir.

2. Mulher não é uma propriedade
 Como dita a sociedade
 De costume patriarcal
 Precisa também se libertar
 Para o mundo transformar
 Derrubar o capital.

3. Mulher sempre foi subestimada
 Reprimida e maltratada
 Sem direito de dizer
 Que ama, que sonha e que deseja
 Onde quer que ela esteja
 Ousadia deve ter.

4. Mulher nunca fuja desta luta
 Pois a nossa causa é justa
 Pro machismo superar
 Sem construir o feminismo
 Não teremos socialismo
 Igualdade alcançar.

Música de autoria (letra e música) de Marli Souza Fagundes, Maria Eulapaula Martins, Maria das Graças Pereira Monte, agricultoras compositoras.

Neste livro, vocês encontrarão experiências inspiradoras de mulheres que, no contexto da agroindústria familiar, enfrentam muitos desafios, mas com suas várias habilidades, colocam em prática toda a experiência de seus modos de produzir a partir de processos de organização social baseada na solidariedade, na valorização do potencial de cada mulher e na estreita relação com a natureza, desenvolvendo, inclusive, estratégias de autogestão da sua produção.

Boa leitura!

Ivo Thadeu Lira Mendonça, Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA

Instigados por experiências que facilmente podem ser classificadas como encantadoras, enriquecedoras e valorizadoras de comunidades camponesas, enfatizando-se o protagonismo feminino, foram investigados, avaliados e relatados cotidianos que utilizam práticas de extrativismo e/ou produção agropecuária sustentável, vinculadas a ações de transformação de produtos visando o desenvolvimento socioeconômico comunitário. Tais experiências foram vivenciadas por contato direto e/ou indireto dos investigadores nas comunidades pautadas, as quais foram tema de discussão em disciplina de Agroindústria Familiar Rural e Alimentos Orgânicos no curso de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) oferecido pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O interesse que estas experiências camponesas afloram no ambiente Acadêmico surge das referências e práticas empíricas utilizadas por estas comunidades, as quais incorporam conceitos técnicos que são desenvolvidos e assimilados pela observação ambiental e transferidos entre gerações. Estas práticas que orientam o aproveitamento ecossocial do espaço, coletando e distribuindo os recursos necessários entre os semelhantes, não esquecendo que estes mesmos recursos devem estar disponíveis às próximas gerações, favorecem o desenvolvimento rural sustentável. A leitura e interpretação desses conceitos empíricos, fazendo um caminho inverso à lógica cartesiana dada pela produção de conhecimento pela Academia e dela ser disseminada à sociedade, se mostram relevantes para que possamos adotá-los nas demais sociedades contemporâneas que insistem em usufruir de recursos naturais finitos sem a preocupação de preservá-los, o que é iminente, insustentável.

Assim, ver-se no Capítulo 1 a afirmação social da mulher a partir da extração e comercialização de mel de abelhas, onde encontram na atividade da apicultura mediante organização associativa solidária, um meio de vencer o patriarcado e a centralização administrativa dos recursos gerados na unidade de produção familiar. Elenca, também, os desafios e angústias que acompanham a jornada praticada pelas mulheres no meio rural e na agroindustrialização do mel de abelha.

O Capítulo 2 se atém ao agroextrativismo sustentável da pimenta de aroeira e de outras frutas silvestres, onde mulheres convergem a exploração com a conservação de Áreas de Proteção

Ambiental (APA). Elucida o empoderamento e organização sociopolítica das envolvidas por meio da transformação de práticas domésticas rotineiras em “ecocozinha”, o que culmina na organização popular e no desenvolvimento local.

O Capítulo 3 aborda a agroindustrialização familiar rural como alternativas de geração de renda e valorização dos conhecimentos tradicionais para as comunidades camponesas. Pauta o modelo de envolvimento familiar nas atividades de coleta, transformação e comercialização de produtos, dando atenção ao sistema de gestão compartilhada da agroindústria entre assentados rurais envolvidos e na distribuição dos resultados oriundos do trabalho.

O Capítulo 4 tange os desafios e oportunidades vivenciados por mulheres através da conquista de um espaço comunitário dado pela implementação da cozinha agrofamiliar arte e sabor. Discorre a promoção socioeconômica das personagens, mediante a emancipação de suas ações, a viabilização de articulação comunitária e a instrumentalização da resiliência camponesa.

Por fim, o Capítulo 5 retrata formas de organização das mulheres ante situações de opressão sociopolítica da sociedade e as respostas em bem-estar e qualidade de vida das envolvidas. Discorre o arranjo cooperativo na gestão produtiva, aproveitamento racional com a agroindustrialização de produtos provenientes das unidades produtivas do assentamento de produtores e a autonomia sobre a reprodução social, convergindo em fatores de resistência e fortalecimento socioeconômico.

O conjunto de experiências organizadas garante uma compreensão ampliada sobre o equilíbrio de relações e suas ramificações, entre os fatores de identidade camponesa, centrados no tripé família-terra-trabalho, que determinam a continuidade da exploração do espaço, com vistas nas repercussões sociais e econômicas da comunidade, congruente com os limites dos recursos ambientais disponíveis. Pode-se entender que as experiências aqui pautadas são ferramentas que se alinham aos conceitos de transição agroecológica, as quais compreendem a necessidade inadiável de mudança de comportamento da sociedade hegemônica, que possui ideais utópicos de exploração indiscriminada e ilimitada do meio, para que não encontre o colapso no processo produtivo, fruto de práticas e opções tecnológicas e organizacionais. Então, tais ferramentas, quer sejam de iniciativas individuais ou coletivas, representam avanços para o caminhar sustentável da sociedade, fazendo-se presente o papel da Academia com a comunicação e extensão do processo para além de suas fronteiras, porém dessa vez, servindo de interlocutor do conhecimento.

A AFIRMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA MULHER CAMPONESA ATRAVÉS DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DO MEL DE ABELHA

Ivo Thadeu Lira Mendonça, Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA
Jacirlene Fernandes Barbosa, Prefeitura Municipal de Petrolândia
Luciano Pires de Andrade, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE

Como citar este capítulo:

MENDONÇA, I. T. L.; BARBOSA, J. F.; ANDRADE, L. P. de. A afirmação socioeconômica da mulher camponesa através da agroindustrialização do mel de abelha. *In*: ANDRADE, L. P. de; SILVA, S. P. DA; ANDRADE, H. M. L. da S. (Orgs.). **Agroindústrias familiares: experiências de beneficiamento no semiárido nordestino**. 1. ed. Garanhuns: Agrofamiliar, 2022. p. 13-28. DOI: <https://doi.org/10.52719/Agroindustrias.Familiares/cap01>

RESUMO

A contestação da ocupação social e produtiva reúne condições para a valoração da mulher perante a sociedade. Nesta pesquisa avaliou-se a afirmação social da mulher frente a sociedade camponesa, a partir da viabilização da atividade de apicultura a um grupo de mulheres do município de Petrolândia/PE. Por um percurso metodológico de observação participante, elenca-se um grupo associativo de Mulheres Apicultoras camponesas que aproveitam a área produtiva com a apicultura em suplementação as culturas agrícolas tradicionais. A experiência observada mostra que o incentivo de práticas sociais e produtivas dentro do agroecossistema familiar a serem encabeçadas pelas mulheres contribui positivamente para a afirmação social, emancipação econômica e visibilidade de seu trabalho produtivo, valorizando a participação feminina na sociedade e combatendo diretamente o patriarcado no espaço camponês. A apicultura é uma prática que admite a ocupação da mulher, sem que a sobrecarregue junto as suas demais ocupações ou desperte conflitos intra e interfamiliar por uso do espaço no agroecossistema. O grande desafio a ser transposto está pautado na legalização da agroindústria frente as diretrizes legais que exigem parâmetros distantes do cotidiano da agricultura familiar. O sentido a ser traçado está na ampla distribuição de produtos oriundos de cultivos com responsabilidade socioambiental e instituição do consumo regular desses produtos em parcelas populacionais que não estão diretamente ligadas à comunidade rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar; agroindústria; apicultura, emancipação.

INTRODUÇÃO

Em meio a espaços de terra e recursos naturais, os quais são aproveitados e transformados a partir de uma produção extrativista, agrícola, pecuária e/ou não-agrícola sob trabalho coletivo, está a família camponesa que retira harmoniosamente, do meio suas necessidades de reprodução do modo de vida (CARVALHO, 2005). Estas famílias relacionam-se com a sociedade da qual fazem parte

seguindo padrões singulares, dirigidos pela economia plurissetorial, organização sociopolítica e conhecimento empírico (SHANIN, 2005).

As famílias camponesas são compostas por atores coesos por cooperação e complementaridade funcional correlatos a ocupação laboral presente no espaço de reprodução, embora marcada por uma severa assimetria entre gêneros nas diversas atividades, e com as funções doméstica e de cuidado parental condicionadas à mulher (PAULA, 2020). Esta condição aponta a uma submissão da mulher frente a um homem em posição de liderança na família, entendido como patriarcado, sendo um alicerce da organização da sociedade camponesa, que instrumentaliza a classificação, a inferiorização, a violência, a desigualdade salarial e a invisibilidade da mulher (BALESTRIN, 2019). A máxima é explicada por Balestrin (2019, p. 59), onde o “modelo patriarcal colonial repercutiu na composição familiar, nas relações de trabalho, onde prevaleceu a centralidade do poder do homem estendido a outras esferas, inclusive a política”.

A assimetria ainda é exacerbada quando o processo produtivo é aproximado de sistemas hegemônicos de sociedade, norteados por conceitos do agronegócio, onde a concentração da gestão do agroecossistema é direcionada a núcleos masculinos, fato que converge no empobrecimento e exclusão funcional da mulher no contexto familiar (PAULA, 2020).

A jornada que desentrelaça os laços do patriarcado está pautada em movimentos insurgentes aos desígnios impostos pela sociedade hegemônica, onde os objetivos libertários do movimento feminista visam a equidade da família, no âmbito doméstico e público, desconstruindo a prevalência da organização masculina nos usos da terra (PAULA, 2020). A mudança das condições de produção e das relações de exploração e dominação são frutos de um processo coletivo de mudanças de paradigmas, onde o contraditório é o instrumento que redefine as práticas cotidianas (CINELLI, 2014). A isto, movimentos organizados de mulheres, seja em contextos locais, regionais ou globalizados, alçam lutas por um projeto de agricultura camponesa mais igualitário e inclusivo em vista de conquistas de direitos fundamentais e participação no espaço socioprodutivo (CONTE, 2011).

A reinterpretção do cotidiano obtido com a afirmação da sua capacidade de emancipação e liderança nos espaços sociais é refletido na composição do agrossistema, bem como na atuação e visibilização da mulher perante a família, assumindo então novas posturas de produzir e viver no campo (CINELLI; JAHN, 2010).

A contestação da ocupação social e produtiva advinda da superação do patriarcado, postas pelas relações de gênero e uso da terra, reúne condições para novas oportunidades de utilização da força de trabalho, para além do trabalho doméstico e reprodutivo, convergindo na valorização da mulher perante a sociedade. Assim, a viabilização de condicionantes sociais para a emancipação

feminina pode oportunizar novas frentes produtivas no espaço camponês. Então, avalia-se a afirmação social da mulher frente a sociedade camponesa, a partir da viabilização da atividade de apicultura a um grupo de mulheres camponesas do município de Petrolândia/PE.

Utiliza-se o percurso metodológico da observação participante para abordar os fatores que incentivaram a idealização e propositura da atividade apícola, a implementação das condicionantes produtivas na comunidade e a emancipação funcional da mulher junto a família e sociedade.

Diante do exposto, é elencado o cotidiano patriarcal da sociedade camponesa e a necessidade de insurgência sociopolítica das mulheres para superar o cotidiano. Segue-se com os princípios norteadores de uma organização de mulheres em dimensão local, que readequou sua historicidade e participação comunitária através da utilização de meios de produção no agroecossistema. Enumera-se as condicionantes viabilizadas e o desenho produtivo da atividade, e por fim, são traçadas as considerações acerca da resposta sociopolítica e econômica sobre as atrizes envolvidas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Um grupo de Mulheres Apicultoras residentes na Agrovila 03 do Bloco 04 do Projeto Icó-Mandantes, distrito rural do município de Petrolândia, sertão de Pernambuco, formado por 24 visionárias de faixa etária variada entre 21 e 70 anos, com níveis diversificados de escolaridade e renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo classificadas como socialmente vulneráveis, as quais em maioria, integravam o Programa Bolsa Família, utilizaram suas inquietudes para resistirem com veemência à negação das mínimas condições de uma vida digna. Buscaram na apicultura, campo de trabalho historicamente reconhecido como dos homens e presente no espaço de produção da família, uma estratégia de afirmação e melhoria da qualidade de vida. A situação posta é elencada pelo educador Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Indignação* (FREIRE, 2000), onde a inconformidade diante as injustiças é posta a partir de nossas decisões de recusa a exploração e espoliação, e com elas podemos mudar o mundo tornando-o melhor.

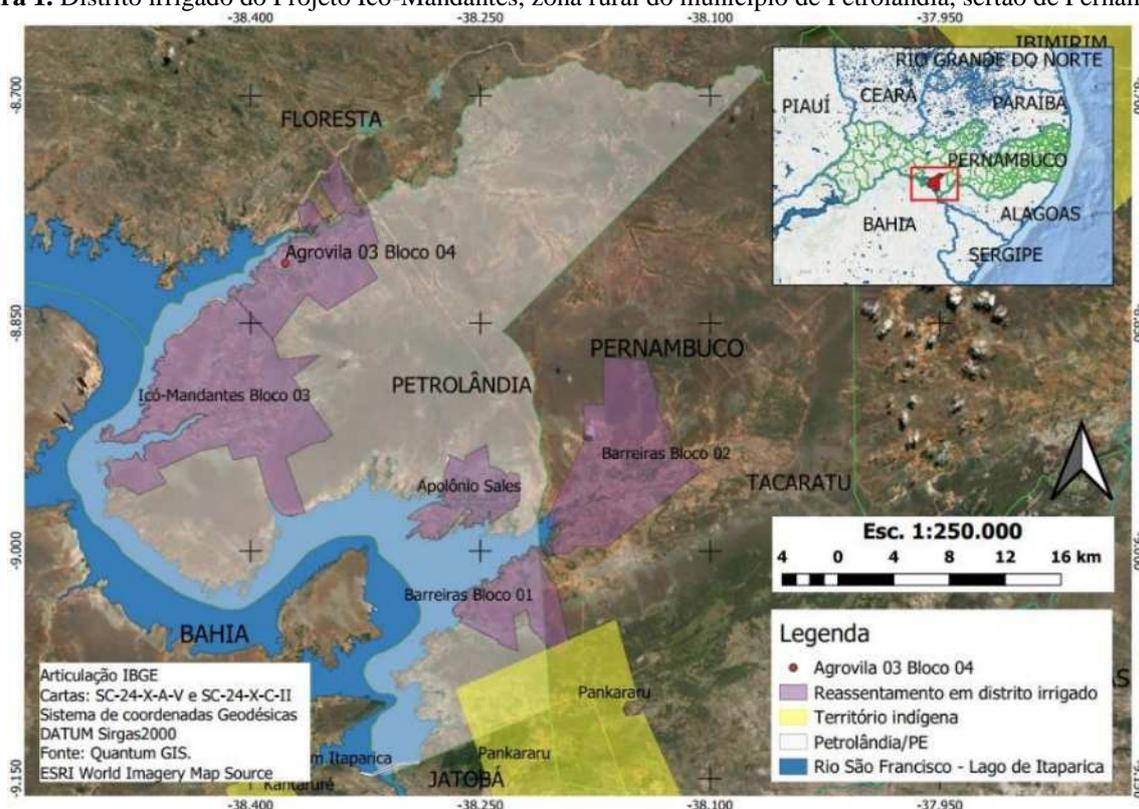
O grupo é formado por Mulheres Apicultoras residentes na Agrovila 03 do Bloco 04 do distrito irrigado do Projeto Icó-Mandantes, zona rural do município de Petrolândia, sertão de Pernambuco. A região tem uma característica identitária peculiar pautada no acometimento de deslocamento compulsório por um dos barramentos hidroelétricos do rio São Francisco, fato que reconfigurou toda a estrutura socioeconômica das comunidades atingidas (Figura 1).

A necessidade de insurreição nasce, além da própria histórica campesina, de um processo ímpar que sobrepõe as comunidades do local, que é o Projeto de Reassentamento de Itaparica. Este impôs o deslocamento compulsório de famílias que foram desterritorializadas e relocadas em Perímetros Públicos Irrigados, movimento dado pela submersão de áreas nativas pelo lago de

Itaparica formado por um dos barramentos hidroelétricos do rio São Francisco, o que confere a esta população a alcunha de “atingidos por barragens” (GALVÃO, 1999).

O deslocamento de área consolida uma nova variável ao cotidiano comunitário dos atingidos, que é a pouca disponibilidade de recursos naturais, uma vez que são remanejados a lotes de pequeno tamanho que não possuem capital físico e produtivo para suprir a reprodução ocupacional da família. Isto acentua os impactos culturais e econômicos, incentivando um processo de marginalização social entre os gêneros e as novas gerações (GALVÃO, 1999).

Figura 1. Distrito irrigado do Projeto Icó-Mandantes, zona rural do município de Petrolândia, sertão de Pernambuco.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Com o espaço de reprodução e ocupação da terra reduzido, as mulheres e em especial as mais jovens, foram condicionadas ao espaço doméstico e trabalho reprodutivo e de cuidado, sendo relegadas de suas atividades produtivas. Sob esta situação generalizada, as mulheres da comunidade identificaram que a apicultura poderia ocupar a lacuna imposta pela condição patriarcal de não subtrair ou concorrer com o uso da terra, a cargo do homem da família, bem como voltaria a dispor de uma atividade produtiva a ela delimitada, cuja a retornaria em forma de visibilidade socioeconômica. A afirmação é ratificada por Sabbag e Nicodemo, onde apontam a apicultura como um instrumento de inclusão econômica e alternativa de emprego e renda, uma vez que em todo território nacional encontram-se características favoráveis para o desenvolvimento da atividade, bem

como a baixa exigência de expediente e tratos culturais em reduzido espaço físico, mesmo que se necessite de certo conhecimento técnico (SABBAG; NICODEMO, 2011).

Como meio de maximizar o aproveitamento de área produtiva, os camponeses atingidos e reassentados passaram a utilizar a apicultura em suplementação as culturas agrícolas tradicionais, onde utilizam as florações nativas e dos plantios como pasto apícola e se beneficiam do esforço polinizador das abelhas, bem como delas extraem vários subprodutos como mel, própolis, cera, pólen, geleia real, entre outros, partindo de um custo relativamente baixo. Esta forma de manejo é comum a apicultores distribuídos em várias regiões do semiárido (KHAN; MATOS; LIMA, 2009).

O formato extrativo trabalhado pela apicultura camponesa, onde se ampara em manutenção semi-intensiva de colmeias com produtividade média de 15 kg/colmeia/ano, está aquém de situações industriais, isto porque se mantém livre de incrementos biotecnológicos por seleção e melhoramento genético, utilizando petrechos de baixa complexidade, estrutura básica para coleta e conservação e alheios a critérios econômicos de competitividade, devido a orientação pelo subproduto principal da abelha, o mel (KHAN; MATOS; LIMA, 2009; PONCIANO *et al.*, 2013).

Para o desenrolo da atividade dispõem do tempo médio disponível, dividido entre as ocupações domésticas e cuidado familiar, a cerca de duas horas diárias onde trabalham com a limpeza e habitação das colmeias, coleta e beneficiamento para obtenção do mel (SABBAG; NICODEMO, 2011).

Para estas mulheres a apicultura, ainda tem como norteadores a atenção ao bem-estar das atrizes e entes familiares, partindo de suas crenças, normas, valores, comportamento e cultura, respaldando o compromisso social que a atividade representa no meio comunitário.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Por uma iniciativa do grupo de mulheres, a Prefeitura Municipal de Petrolândia pautou o projeto “Abrindo Caminhos e Semeando o Futuro” através de sua Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Juventude, coordenado participativamente, pela Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres. O projeto foi desenvolvido a partir de edital lançado pela Secretaria Estadual da Mulher em 2011, o qual foi selecionado e classificado, sendo firmado o convênio nº 015/2011 entre a Prefeitura Municipal e a Secretaria Estadual da Mulher.

O referido projeto visou promover o empoderamento da mulher tendo em vista não somente a geração de renda, mas principalmente, o resgate da dignidade humana através do incentivo e emancipação produtiva. Ações de combate ao pouco espaço destinado as mulheres na atividade agrícola, desvalorização e invisibilidade dissipam as pressões de masculinização do campo com o êxodo predominante de mulheres (KIYOTA *et al.*, 2012).

O primeiro aspecto dessa caminhada partiu do plano educacional, com a intermediação do Plano Territorial de Qualificação determinado definidos pelas ações de compensação oriundo do deslocamento compulsório, através da aplicação do Curso Técnico em Agroindústria da Apicultura ministrado pelo Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) com carga horária de 200 horas aulas. Neste plano de qualificação foram trazidos os aspectos de manejo e autogestão da apicultura utilizando métodos participativos teóricos, práticos e ações transformadoras desenvolvidas a partir de concepções de escola no campo sob o escopo da Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS) (MOURA, 2003).

Atribui-se a identificação, reflexão e ação sobre as relações de desigualdade entre os atores sociais no campo, oportunizando a formação para fortalecimento da identidade sociocultural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável familiar, comunitário e do território.

O segundo aspecto do processo procedeu-se no plano social, onde foram instituídas capacitações de curta duração em ‘autoestima e valorização da mulher no campo de trabalho e mulher como chave para a sustentabilidade’ a partir do uso das técnicas de leitura reflexiva e a elaborações artísticas como métodos incentivadores da criatividade e do autoconhecimento. Isto porque a criatividade expõe os dilemas a serem desenvolvidos em diferentes formas de linguagens do ser, quer seja falada, escrita, corporal, entre outras, e possibilita explorar as faces da realidade vivida materializadas no meio de forma lúdica e menos invasiva (MORAES; NAVAS, 2015).

Exploraram as questões de autoestima da mulher, visibilidade social, capacidade de superação de desafios, posicionamento funcional da mulher e democracia na sociedade, de modo a concretizar a inconformidade com o cotidiano e instrumentalizá-las com valores culturais, políticos e de direito que rompam os laços patriarcais.

O terceiro aspecto trouxe o plano organizacional pautado no ‘empreendedorismo social e associativismo’, de modo a fomentar a cooperação e integração entre as mulheres, incentivando os mecanismos decisórios através de meios participativos, o que respalda a democratização das ações de desenvolvimento da comunidade e do município. O entendimento coletivo evidencia e contribui com a situação do espaço, similaridade nas práticas cotidianas, multiplicidade de categorias, isonomia deliberativa, propriedade de ideias e ideais, e por fim, objetivos comunitários comuns (TENÓRIO *et al.*, 2008). Levou-se a crer que o associativismo é uma saída de conscientização e mobilização para a população, a partir da participação efetiva e organizada dos cidadãos, viabilizando transformações estruturais de modo a se atingir um ambiente mais digno e justo.

O quarto aspecto compreendeu o plano técnico através de meios práticos com a participação das mulheres sobre ‘manejo da apicultura para produção de pólen e própolis e design e decoração das embalagens’, onde foram procedidas demonstrações de manejo e utilização dos petrechos necessários

para manutenção das colmeias e coleta dos subprodutos produzidos pelas abelhas, além da conservação e apresentação do produto final. A apicultura na condição apresentada, mesmo na disponibilidade de práticas e equipamentos que potencializam a produtividade, centra-se no manejo adequado e às condições da flora apícola para o favorecimento da atividade, bem como na promoção de um modelo racionalizado e voltado as raízes camponesas na distribuição e comercialização dos produtos (FREITAS; KHAN; SILVA, 2004) (Figura 2).

Figura 2. Apresentação de embalagens de comercialização do mel produzido pelo grupo de mulheres apicultoras em Petrolândia/PE.



Fonte: Acervo próprio (2016).

Esta ação pontuou possibilidades de tecnologias sustentáveis passíveis de adoção em apiários familiares e orientados à colaboração de trabalho e troca de saberes e insumos entre as produtoras, assim aumentando o grau de identificação, maximizando suas expectativas socioeconômicas e fortalecendo os vínculos comunitários.

Após os aspectos de formação estabeleceu-se os investimentos físicos em equipamentos para montagem dos apiários e casa do mel, a fim de viabilizar o início das atividades, através de fomento por programas de estruturação produtiva financiados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e Brasil Sem Miséria. Foram distribuídos *kits* de produção com caixas para enxames, itens de proteção, utensílios de manejo e maquinário de extração de produtos complementados por microcréditos para custeio produtivo via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A complementação de políticas públicas amparadas nos pilares educacional, social, organizacional, técnico, além do financeiro, foram fundamentais para

a consolidação da apicultura desempenhada por mulheres dentro do espaço camponês, que através dela exercitam a afirmação socioeconômica e visibilidade familiar.

As colmeias trabalhadas pela comunidade são em geral, de abelhas africanizadas, híbridos descendentes de subespécies de abelhas *Apis mellifera* introduzidas nas américas, por junção de características de alta produção de mel, alta resistência a doenças e perfil generalista na busca de recursos, sendo a escolha mais comum para a promoção da atividade (PIRES *et al.*, 2016).

Atualmente, 10 resilientes produtoras estão diretamente ligadas a apicultura executando os manejos de cuidados e manutenção das colônias, coleta e a distribuição do mel, este o único produto efetivamente explorado pelo grupo de mulheres, motivado pela falta de estrutura física e inexistência de distribuição de outros produtos (Figura 3). A situação é amplamente encontrada na agricultura familiar de todas as regiões do País, onde os pequenos produtores, sob precariedade estrutural, estão munidos apenas do esforço próprio e identidade tradicional precisam ser resilientes ao avanço de pressões hegemônicas econômicas e sociais (PONCIANO *et al.*, 2013; PASCHOALINO *et al.*, 2014). Todavia, a resiliência imbricada na sociedade camponesa se aflora em boas práticas de produção e convivência com o meio, corroborando com a continuidade da apicultura (FREITAS; KHAN; SILVA, 2004; KHAN; MATOS; LIMA, 2009).

Figura 3. Manejo de abelhas africanizadas (*Apis mellifera*) praticada pelo grupo de mulheres apicultoras de Petrolândia, (A) apicultora equipada com vestimenta apropriada, (B) caixa em madeira ocupada com enxame de abelha.



Fonte: Acervo próprio (2015).

Os apiários administrados pelas mulheres são fixos ocupando áreas circunvizinhas às de produção agropecuária, normalmente dirigidas pelos homens, próximas as cercas de limite das pequenas propriedades, a fim de minimizar a sobreposição aos campos de oleícolas, leguminosas e fruteiras. Esta disposição espacial dos apiários, mesmo sendo favorecida pela proximidade as áreas de cultivo, apresentam desafios sistêmicos que devem ser superados.

Um contraponto à disposição são os frequentes ataques de abelhas aos próprios camponeses que dividem o espaço de lavoura com o pasto apícola, o que favorece o encontro. Esta questão é apontada como um grande problema de saúde pública, uma vez que se identificou nos Estados Unidos, entre a década de 90, cerca de 2.000 óbitos decorrentes de ataques de animais a seres humanos, entre os quais 27% causados pelo grupo das abelhas e vespas (*Hymenoptera*), causando uma frequência de 0,2 mortes por milhão de habitantes (LANGLEY, 2005). O reportado no Rio Grande do Norte, entre 2000 e 2008, trouxe que 13% dos casos são oriundos de abelhas e apenas 1% são considerados como casos graves, evoluindo ao óbito (FONSECA *et al.*, 2009). No Ceará, entre 2003 e 2011, reportaram-se 966 casos de ataques por abelhas, repetindo a proporção de 1% que evolui ao óbito decorrentes de reações alérgicas em adultos profissionalmente expostos (SOUSA *et al.*, 2015). Os relatos de acidentes graves e de mortes por abelhas são decorrentes de ataques massivos devido a maior agressividade dos híbridos africanizados sobre outros grupos de himenópteros (SOUSA *et al.*, 2015).

Outro contraponto é que o pasto apícola está em meio a culturas desenvolvidas de maneira convencional, recebendo quantidades de diversos agroquímicos sob cronogramas periódicos, o que se volta como mortalidade do enxame. A exposição à agroquímicos é visto como um caso comum na perda de colônias vinculadas, tanto quanto a outras patologias, parasitas ou predadores, além de efeitos sinérgicos para promoção do *colony collapse disorder* (CCD), mesmo ainda havendo lacunas sobre às diferenças entre as diversas drogas e culturas sobre a biomorfologia das abelhas existentes nos agroecossistemas e acumulação em componentes da colmeia (PIRES *et al.*, 2016). Entretanto a imposição de agroquímicos no pasto apícola, quer sejam de ação nematicida, acaricida, herbicida, inseticida ou fungicida, dificilmente são transferidos para o mel produzido e quando detectados, são reportadas concentrações abaixo dos limites máximos estabelecidos por órgãos de controle, pois os resíduos agroquímicos possuem pouco contato com o mel, mantendo a qualidade para o consumo seguro (SILVA JÚNIOR; NEVES; NASCIMENTO, 2019).

Ademais, divergindo das adversidades sistêmicas antepostas, a apicultura abriu uma nova frente de cooperação entre os produtores da localidade, a partir da locação de enxames para serviços polinizadores em culturas produzidas por agricultores da comunidade. Põe-se pela migração pontual de apiários a áreas de cultivo de agricultores que não desenvolvem a atividade, mas entendem que suas lavouras podem ser beneficiadas, através de uma melhor taxa de fecundidade, respondendo em um ganho de produtividade na ordem de 30% (PIRES *et al.*, 2016).

Após os cerca de 8 anos de atividade produtiva, as mulheres lidam em média, com 25 colônias *per capita*, assentadas em meios práticos pertinentes, mas com grandes dificuldades administrativas, pautadas na falta de programação de renovação de material, cronograma de manejo, busca de

fornecedores e consumidores e controle da qualidade do produto, decorrente da baixa escolaridade do grupo que dificulta a aplicação de técnicas mais apuradas. O grau de instrução em estágios iniciais de apicultores é relativizado a baixa produtividade e competitividade, uma vez que análises econômicas aproximam a escolaridade à inclusão tecnológica vinculada a práticas industriais e empresariais, traçando caminhos de crescimento a partir de conceitos hegemônicos, fato distante da realidade da agricultura familiar, por outro lado, admitem que a atividade apícola mesmo nas condições apresentadas é rentável permitindo sua fidedigna reprodução (FREITAS; KHAN; SILVA, 2004; KHAN; MATOS; LIMA, 2009; SABBAG; NICODEMO, 2011; PONCIANO *et al.*, 2013; BALBINO; BINOTTO; SIQUEIRA, 2015).

Os tratos culturais desenvolvidos pelas mulheres nos apiários próprios costumam ser individualizados, em se tratando dos cuidados diários, alimentação e vigilância dos enxames, com adoção de manejos coletivos na forma de mutirões na colheita e tratamento pós-colheita em casa do mel comunitária. A união de esforços entre vários membros de uma comunidade, a partir da gestão de estruturas e realização de atividades compartilhadas numa única unidade de produção, otimiza os recursos disponíveis por cada família e distribui os custos relativos, o que retorna em melhores resultados que são rateados entre os contribuintes (KIYOTA *et al.*, 2012).

A individualização foi uma evolução do sistema de manejo utilizado, consequência da multiplicação e regionalização dos apiários, uma vez que foi iniciado concentrado numa região, que passou a ser sobre explorada como pasto apícola e necessitou de especiação na atividade, características que rompiam com a idealização das ações e iam de encontro aos princípios de sustentabilidade do processo.

O comportamento de manejo das mulheres se repete quando relacionado aos homens, principalmente em se tratando dos cônjuges, pois mantem a condição de independência socioeconômica e compartilham o trabalho de produção, criando uma relação mutualística entre todos membros da comunidade.

Com os tratos culturais utilizados pelas mulheres, a produção média obtida é estimada em 12 kg/colmeia distribuídos ao longo de todo o ano, uma vez que o perímetro irrigado em que estão sediadas oferece florações de cultivares dissipadas em todas as estações, embora seja identificada uma concentração produtiva e com um mel mais claro no último trimestre do ano, coincidindo com as florações da algaroba ou algarobeira (*Prosopis juliflora*) em meio à Caatinga.

A produtividade encontrada nesta realidade aproxima-se de outros cotidianos camponeses inseridos no semiárido, como no Ceará ou Paraíba, que marcam aproximadamente 15 kg/colmeia/ano, o que é admitido como uma baixa produtividade decorrente de utilização de pouca tecnologia agropecuária (FREITAS; KHAN; SILVA, 2004; SILVA *et al.*, 2010). Para definição do ponto de

colheita são observadas as características do mel produzido entendido como a qualidade do produto, o qual é classificado pela apresentação de sua cor, onde os espectros mais claros tendem a ser melhor avaliados, devido a composição físico-química com menor presença de sais minerais, sabor menos ácido e mais agradável ao paladar, sendo os mais comuns no território brasileiro decorrente das origens florais disponíveis em nossos biomas cuja interfere decisivamente nas características do mel (MORETI *et al.*, 2013).

Na identificação do ponto identificado como ideal de colheita do mel produzido pelas abelhas, as melgueiras coletadas nos enxames distribuídos pelos vários apiários são transportadas para uma única casa do mel situada nos arredores da comunidade, onde se procede a desoperculação dos favos utilizando garfo manual, a centrifugação das melgueiras em centrífuga elétrica de inox, decantação em decantadores de inox, e por fim o acondicionamento em toneis de metálicos de 200 litros com pintura interna, para posterior comercialização. A estrutura utilizada na casa do mel comunitária, tanto a instalação quanto os equipamentos, foi cedida pela Codevasf somados a investimentos pessoais dos apicultores e apiculadoras que a utilizam.

A utilização de instalações e equipamentos específicos para a colheita e pós-colheita dos produtos obtidos na apicultura não é comum para a agricultura familiar, principalmente quando sediada no semiárido (FREITAS; KHAN; SILVA, 2004; PASIN; TERESO, 2008; SILVA *et al.*, 2010), realidade que se materializa na qualidade físico-química dos produtos gerados, os quais tendem a possuir um menor controle ao comparado com aqueles infraestrutura completa e fiscalização sanitária, contudo atendem os critérios de qualidade e segurança alimentar definidos pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (SILVA *et al.*, 2011).

Após os procedimentos de pós-colheita, o mel é contabilizado pelos contribuintes, somados os volumes e ofertados em conjunto, processando-se em venda coletiva a fins de facilitar o encontro e celeridade para distribuição, bem como pela melhor promoção do mel dentro dos limites territoriais da região como um produto comunitário. As estratégias coletivas que tangem o auxílio em serviços, montante de produtos, troca de experiências e decisões coletivas são positivas para a apicultura (BALBINO; BINOTTO; SIQUEIRA, 2015).

A manutenção da casa do mel comunitária é definida pela cessão de uma taxa de 5% sobre o volume produzido pelos apicultores e apiculadoras que a utilizam, o qual serve para quitação de despesas de serviços básicos e estruturais além do abastecimento de um caixa de reserva para manutenção e renovação dos equipamentos disponíveis, sobre um processo administrativo autogerido pelos usuários.

O processo de autogestão nasce da experiência da Associação dos Apicultores e Produtores Rurais do Projeto Icó-Mandantes (APIMA), fundada em 2008, que viabilizou a organização dos

produtores, o apoio institucional, as capacitações, a responsabilidade socioambiental e a unidade dos associados, que culminou na isonomia e democratização das decisões. Tais ações são identificadas em outras realidades com cotidiano semelhante, onde a organização comunitária produtiva auxilia no transcorrer da atividade apícola (BALBINO; BINOTTO; SIQUEIRA, 2015).

O mel produzido pelas mulheres em conjunto com os demais associados da APIMA é comercializado dentro da comunidade, localidades próximas e mercado municipal fortalecendo curtos canais de comercialização entre produtores e consumidores, porém o volume majoritário da produção é comercializado a terceiros, chamados de atravessadores, que se encarregam de transportar e revender em outros municípios seja do Estado, como Araripina e Arcoverde, ou mesmo em regiões distantes como Teresina e São Paulo, com preço pago ao produtor determinado pelos próprios atravessadores, deixando os produtores em posição inferior na negociação. O cotidiano vivenciado é compartilhado por uma ampla parcela da agricultura familiar que está associada a apicultura, os quais não possuem recursos e capilaridade para escoar seus produtos mostrando-se dependentes da figura do atravessador (SILVA *et al.*, 2010; PASCHOALINO *et al.*, 2014; BALBINO; BINOTTO; SIQUEIRA, 2015).

Esta situação é exacerbada quando os produtores do mel não acessam aos mercados institucionais disponíveis, tal qual o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por não possuírem selos de inspeção sanitária devido a distância física e custeio organizacional para se adequar a serviços Federal ou Estadual ou pela indisponibilidade do serviço no Município. A adequação a serviços de inspeção é a porta de permissão para comercialização regular para os produtos de origem animal, como o mel ou outros produtos produzidos pelas abelhas, os quais são de difícil acesso por pequenos produtores, seja por custo, estrutura ou conhecimento, motivando a cooperação como mecanismo de combate ao desafio posto, até porquê o mel é um produto estéril e o desafio tange em boas práticas para não contaminá-lo (ALVIM, 2004; PASCHOALINO *et al.*, 2014; BALBINO; BINOTTO; SIQUEIRA, 2015).

A grande limitação da comercialização é tratada com prioridade, a qual é alvo de discussões conjuntas entre a APIMA, juntamente a outras entidades associativas de produtores rurais do município, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) que é a entidade pública de assistência técnica e extensão rural, e a Prefeitura Municipal, onde elenca-se a tratativa de instalação de Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para adequação dos produtores nos critérios da agroindústria familiar, a fim de regularizar a situação dos produtos de origem animal, principalmente quando a região integra um consórcio territorial que dá a permissão a comercialização nos município integrantes mediante a inscrição neste SIM. Os produtores dessa forma, podem vencer a condição de agricultores informais,

situação sujeita a sanções legais, e superariam o estigma discriminatório de fornecedores de produtos de baixa qualidade sanitária.

A busca pela manutenção do espaço de comercialização dos produtos oriundos da atividade apícola é fundamental para a estrutura socioeconômica familiar, uma vez que é um componente importante da composição financeira, fornecendo uma renda previsível pelo baixo risco produtivo, estável nos períodos de safra com manutenção de regularidade em períodos de entressafra. Tal suporte socioeconômico motiva o envolvimento familiar justificando a fixação no campo do homem, combatendo o êxodo rural, da mulher, estabelecendo a visibilidade produtiva, e da juventude, encorajando a sucessão da atividade rural (BALBINO; BINOTTO; SIQUEIRA, 2015).

Sob as perspectivas de diversificação dos produtos oferecidos, sustentabilidade da produção e atenção as questões ambientais do entorno, houve uma tratativa para desenvolvimento da meliponicultura, utilizando abelhas nativas, em conjunção a atividade já praticada, entretanto empecilhos motivados por desencontros e restrição de recursos para ação de capacitação, junto ao SENAR, em coleta e manejo nesta atividade a inviabilizou até o momento. As iniciativas de capacitação e extensão rural em atenção a meliponicultura em comunidades rurais familiares se mostram consolidadas e efetivas na tratativa de reorganização e adequação do manejo das abelhas nativas, resultando no aumento da quantidade de mel produzido, melhoria de qualidade, facilitação da colheita e estimulação para disseminação práticas entre criadores experientes e entusiastas (VENTURIERI; RAIOL; PEREIRA, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência observada mostra que o incentivo de práticas sociais e produtivas dentro do agroecossistema familiar a serem encabeçadas pelas mulheres contribui positivamente para a afirmação social, emancipação econômica e visibilidade de seu trabalho produtivo, valorizando a participação feminina na sociedade e combatendo diretamente o patriarcado no espaço camponês.

A apicultura como atividade agropecuária extrativa é uma prática que admite a ocupação da mulher, sem que a sobrecarregue junto as suas demais ocupações ou desperte conflitos intra e interfamiliar por uso do espaço no agroecossistema.

Define-se que o associativismo, mesmo sendo formada essencialmente, por agricultores familiares, auxilia na viabilização de estruturas necessárias para o desenvolvimento da atividade. É visto que a APIMA possui uma estrutura instalada bem a frente daquela comumente encontrada na apicultura comunitária, devido a junção de programas públicos atraídos pela conjunção associativa, autogestionada e a identificação territorial.

O grande desafio a ser transposto pela apicultura está pautado na legalização da agroindústria, uma vez que se produz e consome o produto ofertado, devido as diretrizes legais que exigem parâmetros distantes do cotidiano da agricultura familiar locados em pequenos municípios, mesmo com as recentes normativas que versam a simplificação do acesso a regulamentação da agroindústria familiar. Este é o sentido a ser traçado para a ampla distribuição de produtos oriundos de cultivos com responsabilidade socioambiental e instituir o consumo regular desses produtos em parcelas populacionais que não estão diretamente ligadas a comunidade rural.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, N. C. O mel e suas características. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, Garça, v. 3, p. 1-7. 2004.
- BALBINO, V. A.; BINOTTO, E.; SIQUEIRA, E. S. Apicultura e responsabilidade social: desafios da produção e dificuldades em adotar práticas social e ambientalmente responsáveis. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 81, n. 2, p. 348-377. 2015.
- BALESTRIN, N. L. Algumas reflexões acerca das jovens camponesas, agroecologia e decolonialidade. **Guaçu**, Matinhos, v. 5, n. 1, p. 58. 2019.
- CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: Perspectivas e contrariedades do campesinato brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CINELLI, C. Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história na construção de novas relações. **Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34/35, p. 37. 2014.
- CINELLI, C.; JAHN, E. D. F. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 117, p. 86-92. 2010.
- CONTE, I. I. **Mulheres camponesas em luta**: resistência, libertação e empoderamento. 157 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.
- FONSECA, Z. A. A. de S. *et al.* Levantamento epidemiológico dos acidentes por animais peçonhentos no semi-árido do Rio Grande do Norte, Brasil: 2000 a 2008. **Acta Veterinaria Brasilica**, Mossoró, v. 3, n. 3, p. 127-131. 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREITAS, D. G. F.; KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R. Nível tecnológico e rentabilidade de produção de mel de abelha (*Apis mellifera*) no Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 171-188. 2004.
- GALVÃO, O. de A. O projeto de reassentamento de Itaparica e sua inserção no marco das novas políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 15, n. 1, p. 33-66. 1999.
- KHAN, A. S.; MATOS, V. D. de; LIMA, P. V. P. S. Desempenho da apicultura no estado do Ceará: competitividade, nível tecnológico e fatores condicionantes. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 47, n. 3, p. 651-675. 2009.
- KIYOTA, N. *et al.* Estratégia de sucessão geracional na agricultura familiar: o caso do Condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, n. 1, p. 192-211. 2012.
- LANGLEY, R. L. Animal-related fatalities in the United States - An update. **Wilderness and Environmental Medicine**, Austin, v. 16, n. 2, p. 67-74. 2005.
- MORAES, M. C.; NAVAS, J. M. B. **Transdisciplinaridade, criatividade e educação**: fundamentos ontológicos e epistemológicos. Campinas: Papirus, 2015.

- MORETI, A. C. *et al.* Cor de amostras de mel de *Apis mellifera* L. de diferentes estados brasileiros. **Boletim de Indústria Animal**, Nova Odessa, v. 63, n. 3, p. 159-164. 2013.
- MOURA, A. de. **Princípios e fundamentos da proposta de apoio ao desenvolvimento sustentável (PEADS)**: uma proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo. Ibimirim: SERTA, 2003. 210p.
- PASCHOALINO, A. *et al.* Limites e possibilidades para a apicultura na região central do Estado de São Paulo. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 7, p. 43-58. 2014.
- PASIN, L. E. V.; TERESO, M. J. A. Análise da infra-estrutura existente em unidades de produção agrícola para processamento de mel na região do Vale do Paraíba-SP. **Ciência e Agrotecnologia**, Lavras, v. 32, n. 2, p. 510-516. 2008.
- PAULA, F. F. DE. **O patriarcado da terra e a luta anti-patriarcal do movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina**. 281 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- PIRES, C. S. S. *et al.* Weakness and collapse of bee colonies in Brazil: Are there cases of CCD? **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 51, n. 5, p. 422-442. 2016.
- PONCIANO, N. J. *et al.* Caracterização do nível tecnológico dos apicultores do estado do Rio de Janeiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 3, p. 499-514. 2013.
- SABBAG, O. J.; NICODEMO, D. Viabilidade econômica para produção de mel em propriedade familiar. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 94-101. 2011.
- SHANIN, T. A definição de camponês: Conceituações e desconceituações - O velho e o novo em uma discussão Marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 7, n. 8, p. 1-21. 2005.
- SILVA, A. F. *et al.* Diagnóstico da apicultura no município de Pombal-PB. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, Pombal, v. 4, n. 1, p. 01-12. 2010.
- SILVA, M. B. L. *et al.* Qualidade de méis produzidos por apicultores e méis provenientes de entrepostos registrados no Serviço de Inspeção Federal. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, Belo Horizonte, v. 63, n. 4, p. 1043-1045. 2011.
- SILVA JÚNIOR, E. D. da; NEVES, G. A. D. O.; NASCIMENTO, A. S. do. Determinação de resíduos de agrotóxicos em mel e análise palinológica. **Revista Educação Ambiental em Ação**, Novo Hamburgo, v. 18, n. 69, p. 1-19. 2019.
- SOUSA, G. dos S. *et al.* Epidemiologia e distribuição espacial de acidentes por abelhas no estado do Ceará, 2003 a 2011. **Revista de Saúde e Biologia**, Campo Mourão, v. 10, n. 3, p. 75-86. 2015.
- TENÓRIO, F. *et al.* Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3., 2008, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ANPAD, 2008. p. 1-16.
- VENTURIERI, G. C.; RAIOL, V. de F. O.; PEREIRA, C. A. B. Avaliação da introdução da criação racional de *Melipona fasciculata* (Apidae: Meliponina), entre os agricultores familiares de Bragança - PA, Brasil. **Biota Neotropica**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 1-7. 2003.

BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS AGROEXTRATIVISTAS: EXPERIÊNCIAS DA ASSOCIAÇÃO AROEIRA NA REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO

Jorge Izidro dos Santos, Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Rita Paula dos Santos Ferreira, Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Rafael Ricardo Vasconcelos da Silva, Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Como citar este capítulo:

SANTOS, J. I. dos; FERREIRA, R. P. dos S.; SILVA, R. R. V. da. Beneficiamento de produtos agroextrativistas: experiências da associação aroeira na região do Baixo São Francisco. *In*: ANDRADE, L. P. de; SILVA, S. P. DA; ANDRADE, H. M. L. da S. (Orgs.). **Agroindústrias familiares**: experiências de beneficiamento no semiárido nordestino. 1. ed. Garanhuns: Agrofamiliar, 2022. p. 29-44. DOI: <https://doi.org/10.52719/Agroindustrias.Familiares/cap02>

RESUMO

Neste capítulo, apresentaremos as experiências das mulheres da Associação Aroeira na implantação de uma Unidade de Beneficiamento Artesanal da aroeira e de outras frutas silvestres e produtos da agrobiodiversidade da região da foz do Rio São Francisco, mais especificamente do município de Piaçabuçu, Alagoas. Neste cenário, as chamadas “Mulheres da Aroeira” vêm buscando consolidar o agroextrativismo sustentável no município, onde são encontradas duas unidades de conservação de uso sustentável da categoria Área de Proteção Ambiental (APA). Fundada no ano de 2011, com o suporte de Projeto Aroeira aprovado no Edital de 2010 do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, a Associação Aroeira deixou de ser incubada em janeiro de 2015. A consolidação da Associação, por meio do processo de produção, beneficiamento e comercialização da pimenta rosa, gerou um ambiente favorável de confiança e empoderamento das associadas, encorajando a elaboração e implementação de novos projetos. Entre esses, destacamos o Projeto “Cozinhar com Ecossustentabilidade”, que teve o foco na construção de uma “ecocozinha” para o beneficiamento artesanal de frutas silvestres e outros produtos da agrobiodiversidade da Foz do São Francisco, a exemplo: cambuí, araçá do mato, gajiru, jenipapo, jamelão, ameixa amarela, mangaba, maçaranduba, tamarindo, entre outras espécies, além da própria “pimenta rosa”. Apesar das grandes dificuldades impostas pela pandemia de COVID 19, a Associação vem encontrando alternativas viáveis para o beneficiamento e comercialização dos novos produtos da ecocozinha. Conclui-se que as experiências de beneficiamento de frutas silvestres e produtos da agrobiodiversidade local pela Associação Aroeira revelam um gradativo e crescente empoderamento das “Mulheres da Aroeira”, e demonstram um constante comprometimento dessa organização popular na capacitação das associadas e na qualificação da unidade de beneficiamento.

Palavras-chave: Agroextrativismo; extrativismo sustentável; pimenta rosa; sociobiodiversidade.

INTRODUÇÃO

O Brasil abriga uma das maiores biodiversidades do planeta. Essa diversidade biológica está fortemente associada a diversidade cultural, representada pelas inúmeras populações humanas que utilizam produtos da biodiversidade com finalidades de consumo e comercialização. Neste contexto, surge o conceito de sociobiodiversidade, que reconhece a forte relação entre a diversidade biológica e a sociocultural, representada pelos sistemas produtivos das populações tradicionais e agricultores familiares (BRASIL, 2009).

Grande parte dos produtos da sociobiodiversidade são obtidos diretamente dos estoques silvestres ou minimamente domesticados, de forma extrativistas ou agroextrativista. Segundo Benjamin (2004) o agroextrativismo consiste na combinação de práticas agrícolas, culturas anuais e culturas permanentes, e extrativistas. Trata-se, portanto, de uma prática frequente entre pequenos agricultores inseridos em áreas que apresentam áreas e recursos naturais disponíveis.

O potencial da produção agroextrativista e da sociobiodiversidade na geração de renda para as populações humanas locais e conservação dos recursos biológicos vem sendo destacado por pesquisadores e políticas públicas (BRASIL, 2017). Em Alagoas, pesquisas realizadas junto a comunidades agroextrativistas de Piaçabuçu, na região da Foz do São Francisco, indicaram espécies arbóreas de Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANC) (KINUPP; LORENZI, 2014) de elevado potencial comercial (GOMES *et al.*, 2020). Na região, inúmeras famílias retiram parte de seu sustento da atividade extrativista, com destaque para pimenta-rosa, fruto da aroeira (*Schinus terebinthifolia* Raddi), uma PANC arbórea que justificou a criação da Associação Aroeira, no ano de 2011. Desde então a Associação Aroeira vem contribuindo com a organização das comunidades extrativistas da região de Piaçabuçu, atuando na produção e comercialização da pimenta rosa.

De acordo com o estudo de Gomes *et al.* (2020) apesar das frutas silvestres não constituírem a base nutricional das comunidades locais, elas são muito consumidas localmente em virtude do “sabor” agradável. Essa evidência reforça o potencial desses frutos em agradar ao paladar de diferentes consumidores. Porém, a integração desses produtos a mercados mais amplos de forma sustentável se depara com obstáculos, que precisam ser superados, como o beneficiamento desses produtos, de modo que possam consolidar cadeias produtivas de maior valor agregado.

Neste capítulo, apresentaremos as experiências das mulheres da Associação Aroeira na implantação de uma Unidade de Beneficiamento Artesanal da Aroeira e do Projeto “Cozinhar com Ecosustentabilidade”. Tais experiências tiveram o propósito de aperfeiçoar e expandir linha produtiva da unidade de beneficiamento artesanal de pimenta rosa e de outros produtos agroextrativistas da Associação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

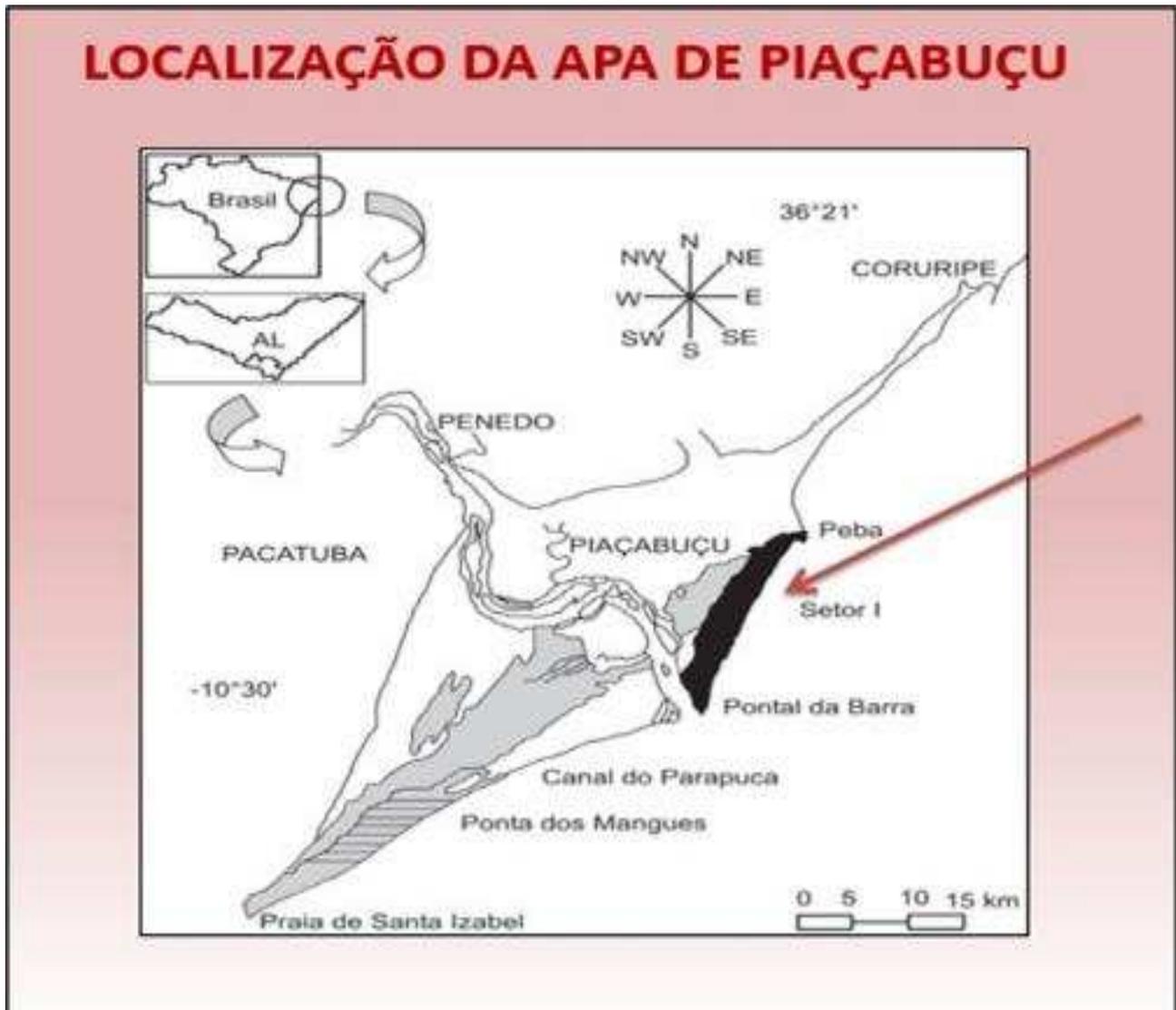
A Associação Aroeira tem como campo de atuação a região da foz do Rio São Francisco, “O Rio da Integração Nacional”. Suas atividades são desenvolvidas por um grupo de mulheres residentes no município de Piaçabuçu, AL. O município encontra-se sob as coordenadas de referência 10°24’20” S e 36°26’04” W, com altitude de 3 m (ALAGOAS, 2018). Neste contexto, as chamadas “Mulheres da Aroeira” buscam estabelecer o agroextrativismo sustentável na região onde atuam, que apresenta duas Áreas de Proteção Ambiental (APA), sendo uma de esfera federal, a “APA de Piaçabuçu”, e outra estadual, a “APA Marituba do Peixe” (Figuras 1 e 2).

Figura 1. Mapa de localização da APA Marituba do Peixe. Fonte: Google Earth



Fonte: Acervo próprio (2021).

Figura 2. Mapa da Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu, Alagoas, representada no Setor I, incluindo as áreas do entorno.

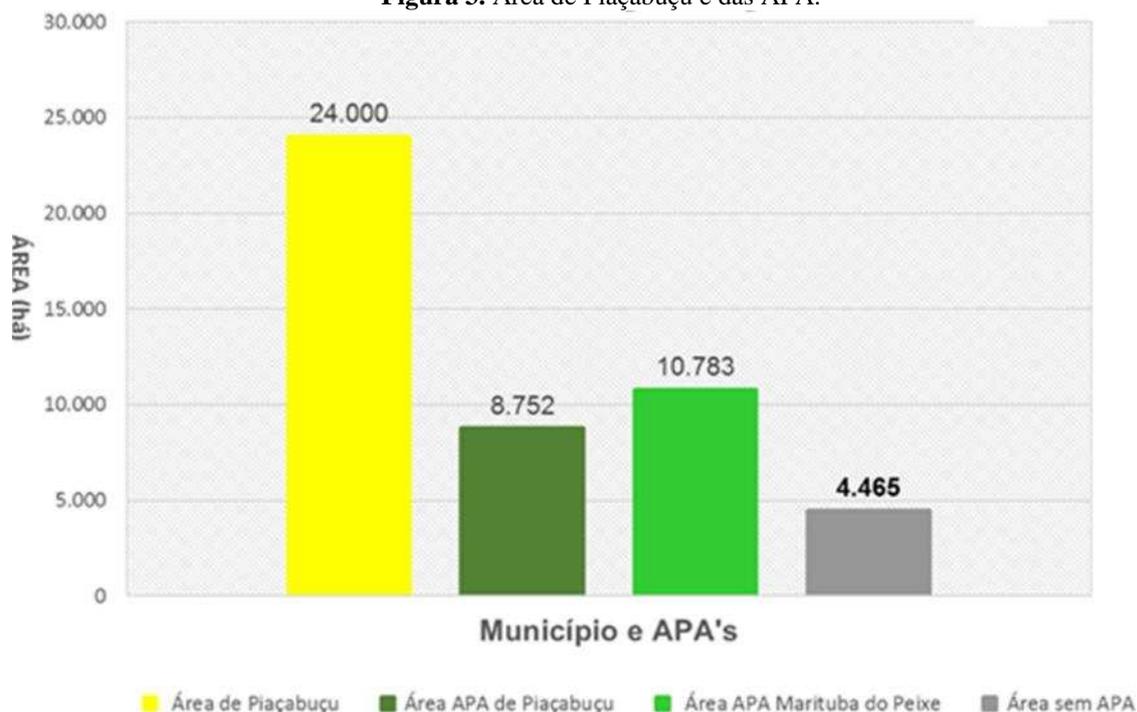


Fonte: adaptado de BARBOSA; DOMINGUES (2004).

De acordo com o artigo 15 do SNUC (BRASIL, 2000), considera-se Área de Proteção Ambiental (APA):

Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000, art. 15).

Trata-se, portanto, de uma das categorias menos restritivas de unidades de conservação definidas pelo SNUC, mas que cumpre uma função importante na regulação ambiental. Na região de atuação das "Mulheres da Aroeira" as APA ocupam parte relevante do município de Piaçabuçu e são importantes para a prática de agroextrativismo sustentável. Na Figura 3 é possível verificar que, da área total de Piaçabuçu de 24.000 ha, apenas 4.465 ha (19%), não estão inseridas em APA.

Figura 3. Área de Piaçabuçu e das APA.

Fonte: Relatórios técnicos Associação Aroeira (2018).

Embora o município de Piaçabuçu esteja situado no litoral extremo sul de Alagoas, ele integra a mesorregião leste do estado, onde o clima é subsumido seco. Essa região é considerada uma área em processo em degradação (ALAGOAS, 2011), em razão da ação antrópica no seu entorno semiárido. O município possui em seu território uma rica biodiversidade, tanto na fauna como na flora, onde o extrativismo vegetal de Produtos Florestais Não Madeireiros, em especial de Plantas Alimentícias Não Convencionais, representa uma oportunidade de aproveitamento da grande variedade de espécies de valor econômico, ambiental e cultural. Apesar dessa riqueza ambiental, as comunidades extrativistas se encontram em vulnerabilidade. O IDHM do município é considerado baixo, com índice de 0,572.

O uso de recursos naturais pelas comunidades locais distribuídas ao longo do Rio São Francisco tem chamado a atenção de pesquisadores há muitos anos. Donald Pierson descreveu, no início do século XIX, os varzeiros no rio São Francisco, e relatou a combinação de atividades agrícolas (principalmente o plantio do arroz), extrativistas da mata (de onde retiravam mel, ervas medicinais e madeira para as célebres canoas - ubás - e barcas, movidas a remo e a vela) e também as atividades de pesca, pecuária e cerâmica. Anterior ao trabalho de Pierson, é necessário citar a obra de Von Ihering, que na década de 1930 percorreu o rio São Francisco, e descreve sobretudo as atividades pesqueiras.

Nesse rico contexto histórico e biocultural, as experiências da Associação Aroeira têm sido importantes para a geração de renda e empoderamento das mulheres extrativistas na região. A Associação vem estimulando seus associados e a comunidade na construção de projetos e programas voltados à inclusão social, à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável, uso de tecnologias sociais e energias limpas e à geração de renda através do manejo sustentável dos recursos naturais locais. Neste sentido, a Associação Aroeira vem implementando projetos para consolidação da unidade de beneficiamento e capacitação das mulheres associadas.

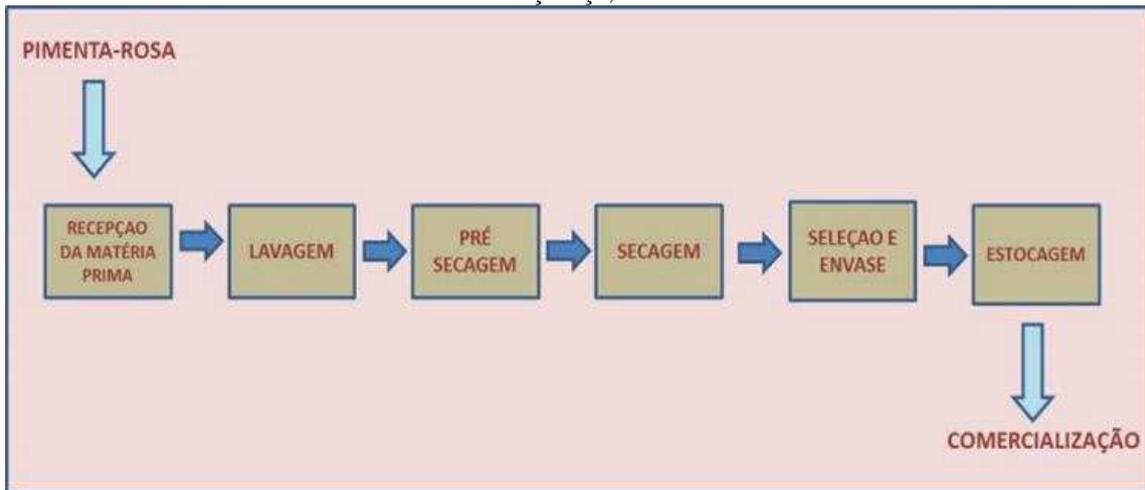
PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ASSOCIAÇÃO AROEIRA

Fundada em 30 junho de 2011, a Associação Aroeira resultou do Projeto Aroeira, elaborado pelo Instituto Ecoengenho em conjunto com membros interessados da comunidade, sendo aprovado no Edital de 2010 do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania. A Associação deixou de ser incubada em janeiro de 2015. Sua missão é mobilizar, sensibilizar e defender agroextrativistas, valorizando o indivíduo e o meio ambiente, na construção de uma sociedade sustentável e justa através de parcerias e solidariedade. Enquanto Projeto, o público-alvo foi capacitado em associativismo, produção (coleta de pimenta rosa), beneficiamento e comercialização. As capacitações ocorreram por meio de abordagens teóricas e práticas, com destaque para o curso de técnica de coleta sustentável e pré-beneficiamento de frutos de aroeira, que visou garantir maior qualidade, higiene e valor agregado ao produto “pimenta rosa”, incluindo treinamento de podas de condução para manter a sanidade e a produtividade das árvores, utilizando ferramentas adequadas, como tesouras e serrote de podas. Na Figura 4 são apresentadas as etapas do processo de beneficiamento dos frutos da aroeira, para serem comercializados como pimenta rosa.

A consolidação da Associação Aroeira por meio do processo de produção, beneficiamento e comercialização da pimenta rosa representou uma importante conquista para as agroextrativistas da região. Isso gerou um ambiente de confiança e empoderamento das associadas, que passaram a ser localmente conhecidas como “mulheres da aroeira”. Essas experiências encorajaram a Associação Aroeira na elaboração e implementação do Projeto “Cozinhar com Ecosustentabilidade: um modelo de inclusão sócio produtiva sustentável”. Este Projeto foi apresentado ao FECOEP³-AL em junho de 2017, sendo aprovado em 18 de agosto de 2018, tendo início as suas atividades em julho de 2019 e concluído março de 2020.

³ **Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza**, teve sua criação em 2005 e visa incluir socialmente todos os alagoanos que estão abaixo da linha da pobreza. Metade dos projetos aprovados trata de propostas de inclusão produtiva, saindo do cunho meramente assistencialista para investir em ações estruturantes de combate à pobreza. **Como funciona:** Cada projeto vai contar com um gestor, que fará interface com a Secretaria Executiva do Conselho no gerenciamento das ações, o que facilitará o monitoramento e avaliação de cada etapa de execução, bem como a prestação de contas dos recursos.

Figura 4. Fluxograma das etapas beneficiamento dos frutos da aroeira (“pimenta rosa”). Associação Aroeira, Piaçabuçu, AL.



Fonte: Relatórios técnicos Instituto Ecoengenh (2018).

O Projeto “Cozinhar com Eossustentabilidade” teve o objetivo de expandir e aperfeiçoar a linha produtiva da Unidade de Beneficiamento Artesanal da pimenta rosa, inserindo outros produtos agroextrativistas disponíveis na região e de reconhecido potencial comercial. O Projeto promoveu a capacitação e qualificação de 50 mulheres, e viabilizou a construção de uma “ecocozinha” para beneficiamento artesanal de frutas silvestres e outros produtos da agrobiodiversidade da Foz do São Francisco, a exemplo: cambuí, araçá do mato, gajiru, jenipapo, jamelão, ameixa amarela, mangaba, maçaranduba, tamarindo, entre outras espécies, além da própria “pimenta rosa”. A partir dessas matérias primas locais foram elaboradas receitas diversas de: pães caseiros; doces e geleias; bolos caseiros e bolos de rolo; confeitaria saudável; biscoitos artesanais; salgados de forno artesanais; brigadeiros e trufas gourmet (Figura 5).

Figura 5. Produtos provenientes de espécies de frutas silvestres e da agrobiodiversidade da região da Foz do São Francisco.



Pão azul de jenipapo, servido com pimenta rosa.



Pão azul de jenipapo, com pimenta



Diversidade de pães com produtos da agrosociobiodiversidade.



Geleia extra de cambui pote de 250 g



Doce de jenipapo em calda pote de 650 ml.



Doce de banana em calda pote com 600 ml.



Doce de jenipapo cremoso pote com 250 g.

Figura 5. Continuação...



Nego bom de jenipapo.



Geleia de jamelão



Geleia extra de cambui pote de 40 g



Bolo de banana.



Bolo de cenoura.



Detalhe de modelos bolos.



Detalhe de modelos bolos.



Camadas unidas por doces oriundas das frutas do extrativismo sustentável nativas da região da foz.

Figura 5. Continuação...



Camadas unidas por doces, oriundos das frutas do extrativismo sustentável nativas da região da foz.



Detalhe dos bolos ornamentados com pimenta rosa e flores nativas.



Detalhe de bolos confeitados de jeripapo.



Detalhe de bolos confeitados de jenipapo e chocolate, ornamentados com pimenta



Biscoitos de sabores diversificados com sabores de frutos do agroextrativismo nativo da Foz.



Figura 5. Continuação...



Pão artesanal de pimenta rosa e queijo coalho.



Empada de forno com pimenta rosa.



Pastel de forno com pimenta rosa.



Empada de forno com pimenta rosa.



Esfirras de forno com pimenta rosa.



Brigadeiro de chocolate com pimenta rosa.



Trufa com recheio de tamarindo.

Fonte: Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas (2018).

Para a elaboração das receitas e preparo dos produtos as “mulheres da aroeira” contaram com a capacitação de nutricionistas e gastrônomas, conforme pode ser verificado no conjunto de fotos da Figura 6.

Figura 6. Cursos de capacitação para elaboração de receitas e preparo de produtos provenientes de espécies de frutas silvestres e da agrobiodiversidade da região da Foz do São Francisco.



Fonte: Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas (2018).

Entre as ações do Projeto “Cozinhar com Ecosustentabilidade” também foi realizado uma visita técnica para que as “mulheres da aroeira”, residentes no Piaçabuçu (extremo Litoral Sul de Alagoas), pudessem conhecer o município de Maragogi (extremo Litoral Norte de Alagoas), reconhecida como uma importante cidade turística do estado. Na visita, as mulheres da Aroeira conheceram a Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados (COOPEAGRO) e a fábrica de biscoitos Maragogi (Figura 7).

As iniciativas da Associação Aroeira estão tendo continuidade com novos projetos. Neste sentido, destaca-se o Projeto “Mulheres: mães que alimentam”, realizado em parceria com a Cooperativa dos Agricultores Familiares e dos Empreendimentos Solidários (COOPAIBA) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Piaçabuçu (STTR), e que teve início outubro de 2019. O objetivo principal desse Projeto é promover o empoderamento feminino com geração de renda, com a produção de alimentos artesanais de qualidade, que vem sendo doados às famílias de extrema vulnerabilidade social, introduzindo um novo modelo de inclusão socioprodutiva. O projeto tem como público-alvo 216 mulheres agricultoras e agroextrativistas de forma direta e, indiretamente, 648 famílias. Entre os beneficiários recebedores das doações dos alimentos produzidos espera-se o

beneficiar 5.400 pessoas. Este projeto encontra-se em execução (Figura 8), apesar das limitações impostas pela pandemia do Covid 19.

Figura 7. Visita técnica das “mulheres da aroeira” ao município de Maragogi, extremo litoral norte de Alagoas, Francisco.



Turma na saída de Piaçabuçu.



Recepção na COOPEAGRO em Maragogi.



Visita à fábrica de biscoitos Maragogi.



Turma ao final do intercambio.

Fonte: Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas (2018).

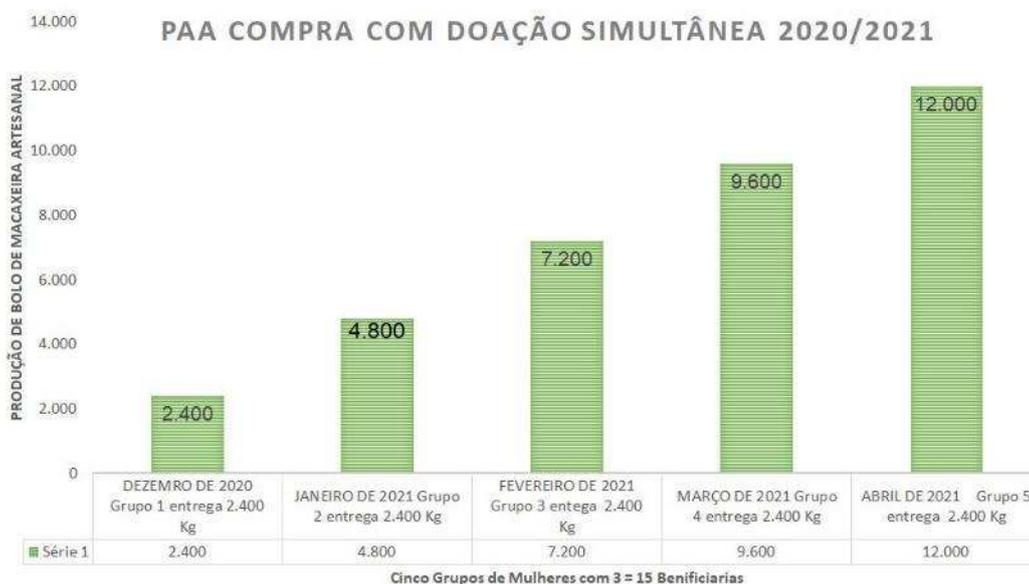
Figura 8. Projeto “Mulheres: mães que alimentam”, registro de atividades na Ecocozinha da Associação Aroeira, em dezembro de 2019, janeiro e fevereiro de 2020.



Fonte: Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas (2020).

Adicionalmente, cabe registrar a importante iniciativa que culminou na integração de produtos da Associação Aroeira ao “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”, na modalidade Compra com Doação Simultânea, por cinco meses, com início em dezembro de 2020 e término em abril de 2021. Essa iniciativa conta com a parceria da CONAB e da Paróquia São Francisco de Borja de Piaçabuçu. O Programa atende diretamente 5 (cinco) grupos de mulheres agroextrativistas, com 3 (três) componentes cada, totalizando 15 beneficiárias, com a produção de 12.000 kg bolo de macaxeira artesanal, sendo distribuídos 2.400 kg por mês (Figura 9). Além de gerar renda às beneficiárias e promover a produção de alimento de qualidade, as doações organizadas pela Paroquia de São Francisco de Borja, estão atendendo a muitas famílias carentes da região

Figura 9. Evolução da produção de bolo de macaxeiras pelos grupos de mulheres.



Fonte: Relatórios técnicos Associação Aroeira. Piaçabuçu, Alagoas (2021).

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

As “mulheres da Aroeira” foram abaladas pelas dificuldades ocasionadas pela pandemia de COVID 19. Em março do ano 2020, as atividades de produção da Unidade de Beneficiamento da Associação Aroeira foram interrompidas, assim como a comercialização. Desse modo, as atividades socioeconômicas sofreram grande impacto negativo em nível local. Neste período a Associação Aroeira cumpriu com as determinações de isolamento social, conforme as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e decretos do governo do Estado de Alagoas. Ainda seguindo as determinações dos órgãos oficiais de saúde e decretos governamentais as atividades produtivas foram parcialmente retomadas, seguindo todos os protocolos sanitários.

Convivendo com estas grandes dificuldades, a instituição vem encontrando alternativas viáveis para os novos produtos concebidos a partir dos projetos. Há o desejo de conquistar novos

nichos especiais de mercado, a exemplo do turismo em nível local e nacional, conforme destacado nos planos de negócio elaborados pelos Projetos. Essas conquistas serão fundamentais para a sustentabilidade econômica e financeira do modelo proposto, que vem sendo consolidado com a disponibilidade de produtos para demonstração e divulgação no mercado solidário, por meio de empresas especializadas, representantes da mídia, formadores de opinião e sociedade em geral. Nesta perspectiva uma frase de efeito foi criada “Quando se compra a Pimenta Rosa e Outros Produtos Agroflorestais da Associação Aroeira, estaremos contribuindo para conservar a Sociobiodiversidade da Região da Foz do Rio São Francisco”.

Uma das principais expectativas da Associação consiste em aproximar os elos de suas cadeias produtivas (produção, beneficiamento, comercialização e consumo final), envolver mais diretamente os agroextrativistas nas relações com o mercado, negociações diretas com os clientes, ajustes de preços em busca de competitividade, lançamento de novos produtos derivados da agrobiodiversidade. Neste sentido, como forma de assegurar uma maior sustentabilidade da base produtiva, a Associação Aroeira idealizou o Projeto “Bosque Berçário das Águas”, que visa construção de um viveiro florestal e a implantação de diversas áreas de reflorestamento de matas ciliares, contribuindo com a conservação da biodiversidade e o extrativismo sustentável. Há uma expectativa de que esse Projeto seja um meio indutor para manter a Foz do Rio São Francisco conservada.

Ressalta-se que o Projeto “Bosque Berçário das Águas: educação ambiental e reflorestamento com foco no extrativismo sustentável”, será implementado por meio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, em parceria com a Agência de Bacia Peixe Vivo. Neste sentido, será aberta uma licitação para contratação de uma empresa executora, que ficará responsável pela construção do viveiro e implantação das áreas piloto, bem como pela capacitação dos extrativistas locais para continuidade das atividades de forma permanente. A área de atuação do Projeto abrangerá os municípios do baixo São Francisco, nos estados de Alagoas e Sergipe. Desse modo, o projeto tem potencial de complementar todas as ações desenvolvidas pela Associação Aroeira, por contribuir com a conservação da agrobiodiversidade, por meio do reflorestamento de matas ciliares através de Sistemas Agroflorestais, nos quais as espécies nativas de maior valor comercial serão priorizadas nos arranjos de plantio. Concretizar a produção, comercialização e o mercado será um desafio a ser superado.

Outro desafio será a conquista de investimentos para o Projeto “Quitanda da Aroeira”, que consistirá em um centro de comercialização na sede da Associação Aroeira, como forma de consolidar a instituição como representação do agroextrativismo sustentável e da inclusão social das mulheres extrativistas, mantendo a região da Foz do Rio São Francisco conservada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de beneficiamento de frutas silvestres e produtos da agrobiodiversidade local pela Associação Aroeira revelam um gradativo e crescente empoderamento das “Mulheres da Aroeira”. Em apenas 10 anos de criação, a Associação já acumula diferentes iniciativas e Projetos que demonstram o comprometimento dessa organização popular na capacitação das associadas e na qualificação da unidade de beneficiamento. Essas experiências demonstram que, para essa organização, a autonomia técnica e financeira precisa ser construída de forma conjunta. Desse modo, os esforços para viabilização do beneficiamento e agregação de valor aos produtos comercializados buscam fortalecer de forma equivalente os recursos físicos e os humanos da Associação. Neste contexto, outra importante frente de ação da Associação reside nos esforços contínuos de educação ambiental, capacitação em boas práticas de coleta e utilização dos recursos naturais, incluindo a disposição em se comprometer com ações de reflorestamento e conservação das áreas naturais de produção extrativista. Tais experiências ajudam na compreensão de que o beneficiamento, embora importante, é apenas um dos elos das complexas cadeias produtivas da sociobiodiversidade, que envolvem aspectos biológicos, culturais, econômicos e tecnológicos para o seu pleno funcionamento de forma racional e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Plano de Ação Estadual de Alagoas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAE-AL, 2011. 239 p.
- ALAGOAS. Secretaria de Estado do planejamento e Desenvolvimento Econômico. Perfil Municipal: Piaçabuçu. 3. ed. Maceió: 2018. 35 p.
- BARBOSA, L. M.; DOMINGUEZ, J. M. L. Coastal dune fields at the São Francisco River strandplain, northeastern Brazil: morphology and environmental controls. **Earth Surface Processes and Landforms**, v. 29, n. 4, p. 443-456, 2004.
- BENJAMIN, A. M. da S. **Agroextrativismo: sustentabilidade e estratégias na Reserva Extrativista do Rio Cajari, sul do Amapá**. 2004. 135 fl. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 137, n. 138, 19 jul. 2000.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: MDA, 2009.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Arranjos produtivos locais: APL's de produtos da sociobiodiversidade**. Brasília: MMA, 2017.
- GOMES, D.L. *et al.* Local criteria for the selection of wild food plants for consumption and sale in Alagoas, Brazil. **Ethnobiology and Conservation**, v. 9, n. 10, p. 1-15. 2020.
- KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. 1a. ed. Nova Odessa: Plantarum, 2014. 768p.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DE UMA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Jurandy Gomes de Aquino, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Horasa Maria Lima da Silva Andrade, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE

Como citar este capítulo:

AQUINO, J. G.; ANDRADE, H. M. L. da S. Aspectos socioeconômicos de uma agroindústria familiar. In: ANDRADE, L. P. de; SILVA, S. P. DA; ANDRADE, H. M. L. da S. (Orgs.). **Agroindústrias familiares: experiências de beneficiamento no semiárido nordestino**. 1. ed. Garanhuns: Agrofamiliar, 2022. p. 45-56. DOI: <https://doi.org/10.52719/Agroindustrias.Familiares/cap03>

RESUMO

A expansão da agricultura familiar criou novas alternativas de renda para as famílias, dentre estas alternativas a que vem merecendo maior destaque é a instalação de agroindústria familiar rural, este tipo de empreendimento agrega valor aos produtos da propriedade e valoriza os conhecimentos locais. Também permite ao agricultor manter outras atividades da propriedade além de ocupar a mão-de-obra local em períodos de entressafra. O objetivo deste estudo foi verificar as principais influências socioeconômicas decorrentes da instalação da agroindústria Pimenta Douradas no assentamento Dourada, no município de Viçosa, Estado de Alagoas, nordeste do Brasil. Este trabalho utilizou-se de uma abordagem qualitativa e classifica-se quanto aos objetivos como pesquisa descritiva e estudo de caso. Os dados primários foram obtidos a partir de entrevista semiestruturada com membros da agroindústria. Cultivando pimenta para venda no mercado local, os agricultores foram surpreendidos quando os compradores resolveram parar de comprar o produto *in natura*. Com um grande estoque armazenado sem ter comprador, os assentados resolveram produzir de forma artesanal molho de pimenta para vender nos chamados circuitos curtos de comercialização. Foi o início da instalação da agroindústria Pimenta Dourada. Na agroindústria todos os membros da família estão envolvidos em alguma etapa do processo produtivo, desde o plantio, colheita, processamento, embalagem, gestão e comercialização. A instalação da agroindústria agregou valor ao produto agrícola, melhorou a renda das famílias e ofereceu novas oportunidades de emprego para a comunidade sendo considerada pelos agricultores como uma conquista importante para o assentamento.

Palavras-chave: Agricultura familiar; desenvolvimento rural; produção agrícola.

INTRODUÇÃO

A unidade familiar de produção agrária é definida pelo o Decreto nº 9.064 (BRASIL, 2017) e considera a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) como sendo o conjunto de indivíduos compostos por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender a própria subsistência e a demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele.

De acordo com o IBGE (2017) o Brasil possui 77% dos estabelecimentos agropecuários classificados como agricultura familiar, estes estabelecimentos ocupam uma área de 80,9 milhões de hectares e representam 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país, com destaque para o estado de Pernambuco que possui a maior proporção de área ocupada pela agricultura familiar entre todos os estados da federação.

A atividade emprega mais de 10 milhões de pessoas aproximadamente 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. A agricultura familiar também é responsável por 23% do faturamento de toda produção agropecuária brasileira o que corresponde a R\$ 107 bilhões (IBGE, 2017). De acordo com Sulzbacher e Neumann (2014) nos municípios em que a agricultura familiar rural está se consolidando, surgem melhorias na qualidade de vida da população envolvida principalmente em função do aumento da renda.

No entanto segundo Hoffman (2014) é questionável a afirmação de que a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos produzidos no Brasil, o autor afirma que não localizou nenhum documento que demonstrasse como se chegou a esta afirmativa, visto que existem medidas e destinações diferentes dos vários produtos agrícolas.

A expansão da agroindústria familiar rural no Brasil é decorrente de vários fatores, entre eles a valorização de produtos com especificidades locais e étnicas utilizando modos de produção tradicionais, também podemos considerar o desenvolvimento de atividades não agrícolas dentro da propriedade rural e o maior nível de exigência dos consumidores em relação à qualidade dos produtos alimentícios.

Colaboram para o crescimento da agroindústria familiar as práticas dos agricultores na preparação de alimentos para o próprio consumo, com a posterior comercialização do seu excedente proporcionando o aumento da renda familiar. Consumidores que valorizam a vida no campo e os produtos tradicionais de determinadas regiões, Guimarães e Silveira (2010) ressaltam que estes produtos são feitos a partir de receitas desenvolvidas e/ou herdadas das famílias, o que atribui a eles características específicas próprias de cada produtor.

Verifica-se que na atualidade grandes empreendimentos vêm ocupando cada vez mais espaço no mercado reduzindo o faturamento das pequenas propriedades rurais, atentos a este movimento os agricultores começaram a expandir as agroindústrias para melhorar a renda familiar. A agroindústria familiar rural é uma importante alternativa na geração de renda para os agricultores que passam a processar e comercializar a produção da propriedade. Considera-se como agroindústria familiar:

Agroindústria rural se refere às atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento

agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor (IBGE, 2006, P. 31).

Segundo Mior *et al.* (2014), considera-se agroindústria familiar rural como “uma forma de organização em que a família produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”. Trata-se de um novo empreendimento social e econômico que tem como objetivo principal a geração de renda.

O funcionamento da agroindústria familiar rural está fundamentado no conhecimento do produtor sobre o processo de fabricação e sobre a sua capacidade de gerenciamento da unidade produtiva, levando-se em conta tanto a área agricultável como a unidade de produção industrial.

Especialmente nos pequenos municípios o fortalecimento da agroindústria familiar rural favorece o desenvolvimento sustentável, estimulando o comércio local nos pequenos varejos e feiras livres. Fernandes e Engel (2016) relatam que as agroindústrias podem ser vistas como uma ferramenta para o fortalecimento da agricultura familiar agregando valor aos produtos da propriedade.

Giraldello *et al.* (2013) afirmam que existem dois fatores foram fundamentais para o surgimento da agroindústria familiar, o primeiro deles é de ordem econômica na busca pela agregação de valor aos produtos por meio de processos de transformação, o segundo fator é de ordem social estando associado ao desejo do agricultor de permanecer no campo com sua família, tendo a possibilidade de que todos os membros possam participar do processo de produção.

Em alguns casos a renda obtida com a agroindústria deixou de ser complementar para se transformar em principal renda da família, sendo inclusive fator de permanência dos jovens na atividade e também contratação de pessoas da região em caráter temporário nos momentos de aumento da produção.

A agroindústria vem sistematicamente ocupando lugar de destaque na agricultura familiar, visto que o cultivo dos vegetais utilizados como matéria-prima não ocupa toda propriedade permitindo que outras espécies estejam presentes nos períodos de entre safra do produto principal.

Neste trabalho buscamos conhecer os motivos que levaram os agricultores envolvidos a formar uma agroindústria, a partir da formação do empreendimento de que forma a produção é comercializada e como as mulheres e os jovens participam da agroindústria.

Este estudo tem como objetivo verificar quais as principais mudanças socioeconômicas ocorridas no assentamento Dourada, no município de Viçosa, Estado de Alagoas, a partir da instalação de uma agroindústria familiar rural. Os resultados deste trabalho podem servir de

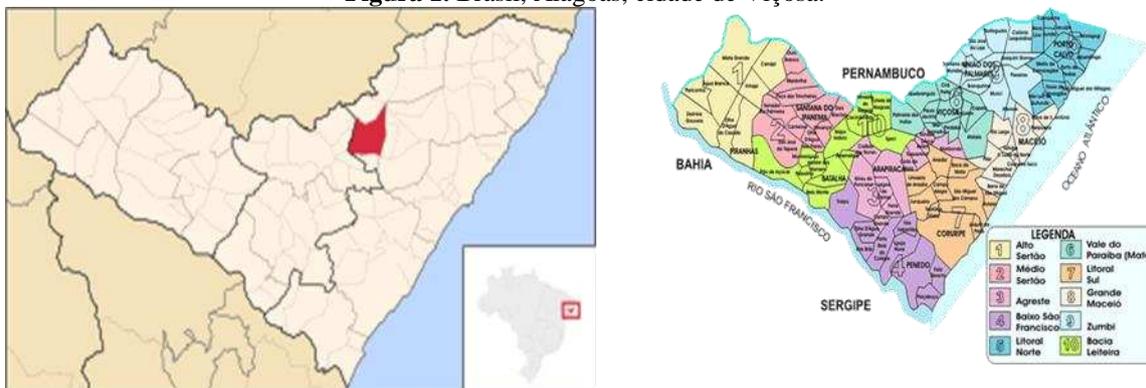
parâmetro para o desenvolvimento de novos empreendimentos desta natureza, com o fortalecimento da agroindústria familiar.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Área de estudo

A agroindústria comunitária em estudo fica localizada no assentamento Dourada na zona da mata do estado de Alagoas no município de Viçosa (Figura 1), distante 86 quilômetros de Maceió na mesorregião do leste alagoano, na microrregião serrana dos quilombos. O município de Viçosa possui uma área de 367,8 km², sua sede está a 9°22'17'' sul e longitude 36°14'27'' oeste, faz limite com os municípios de Capela, Cajueiro, Chã Preta, Mar Vermelho, Pindoba e Paulo Jacinto.

Figura 1. Brasil, Alagoas, cidade de Viçosa.



Fonte: IBGE (2017).

Situado numa altitude de 210 metros acima do nível do mar, seus principais acessos são pela BR-316, AL-204 e a AL-110. Fundado em 1790 por Manoel Francisco, foi elevado à categoria de Vila em 13 de outubro de 1831, passando a cidade em 16 de maio de 1892. Com população de 26 249 habitantes, suas principais atividades econômicas são o comércio, serviços e a agropecuária. Com destaque para o cultivo de feijão, cana-de-açúcar, milho e mandioca.

Localizado na zona da mata do município de Viçosa, o assentamento Dourada abriga 223 famílias em uma área total de 800 tarefas. A agricultura é diversificada, entre as principais lavouras podemos destacar: inhame, batata doce, macaxeira, hortaliças, fruteiras, pimenta biquinho, pimenta malagueta, sendo estas duas últimas lavouras totalmente direcionadas para a agroindústria. Além da agricultura, alguns assentados criam vacas de leite para o consumo próprio, a partir de 2019 foi iniciada a instalação de alguns apiários cuja produção é direcionada para a nova agroindústria que foi instalada para o processamento do mel.

METODOLOGIA

Este trabalho utilizou-se de uma abordagem qualitativa e classifica-se quanto aos objetivos como pesquisa descritiva e estudo de caso. De acordo com Triviños (1987) alguns estudos descritivos se denominam “estudos de caso” que tem como objetivo aprofundar a descrição de determinada realidade.

A coleta de dados foi desenvolvida a partir de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos através de entrevista semiestruturada realizada com o gestor da agroindústria que é morador do assentamento. A coleta de dados foi realizada através das redes sociais através do *Whatsapp* e Instagram no período de nove a dezenove de fevereiro de 2021.

As análises de dados foram realizadas de forma qualitativa, verificando-se o conteúdo das falas dos entrevistados, com a descrição do que foi respondido.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A agroindústria em estudo fica localizada no Assentamento Dourada na cidade de Viçosa, estado de Alagoas conforme descrito anteriormente. Grande parte dos agricultores do assentamento trabalhava na cana-de-açúcar, com o fechamento das usinas estes trabalhadores precisaram buscar uma nova atividade para sobrevivência. Receberam a orientação de agrônomos para plantar pimenta, ideia que foi acolhida pelos agricultores que imediatamente começaram o preparo do solo e plantaram algumas mudas.

No início toda colheita de pimenta era comercializada com compradores que iam até o assentamento buscar o produto, no entanto devido a algumas questões de oscilação do mercado os compradores resolveram parar de comprar a pimenta *in natura*, esta decisão inesperada deixou os agricultores com um grande estoque de pimenta estocado/armazenado.

Para resolver esta situação os agricultores resolveram beneficiar a pimenta e iniciar a preparação do molho de pimenta para vender nas feiras, supermercados, restaurantes e residências, nos chamados circuitos curtos de comercialização, era o início do funcionamento da agroindústria que começou suas atividades em 2014.

Quando resolveram produzir o molho de pimenta os assentados não possuíam instalações físicas adequadas, o processamento da produção era realizado nas próprias residências, também não possuíam os equipamentos industriais necessários à produção, utilizando liquidificadores domésticos da família ou emprestados dos vizinhos.

Quarenta famílias participavam da produção, mas devido a problemas de adaptação ao produto, muitas delas desistiram de continuar e, atualmente oito famílias participam da agroindústria.

Todos os membros da família participam de alguma parte do processo de produção, seja no plantio, cuidados com a lavoura, colheita, processamento e comercialização.

Os lotes do assentamento possuem em média três hectares, as famílias dividem o tempo entre as atividades na agroindústria, o processamento do mel e os cuidados com as lavouras de pimenta, inhame, batata, macaxeira, hortaliças e fruteiras, além das idas as feiras e mercados para comercialização dos produtos.

O surgimento da agroindústria familiar rural foi uma alternativa para muitos agricultores aproveitarem melhor a propriedade, principalmente na obtenção de uma renda complementar. Tornar a pequena propriedade rentável abriu espaço para a formação de agroindústrias familiares no meio rural. Segundo Vieira Filho e Fishlow (2017) o ganho de renda adicional evita a migração dos agricultores para os centros urbanos ou para outras atividades não agrícolas.

Principais produtos da agroindústria comunitária

Utilizando a pimenta como matéria-prima, a agroindústria produz diversos produtos para comercialização (Figura 2), entre eles podemos destacar o molho de pimenta, geleia de pimenta, pimenta biquinho em conserva, pimenta malagueta em conserva, pimenta em pó.

Figura 2. Produtos para comercialização.

A – Molho de Pimenta



B- Geleia de Pimenta



C- Pimenta Malagueta



D – Pimenta Biquinho



E – Pimenta em Pó



Fonte: Imagens cedidas pela agroindústria (2021).

A utilização exclusiva da produção local de pimenta a agroindústria é uma vantagem e ao mesmo tempo é um fator de risco, Rocha e Leismann (2017) alertam que como todo produto agrícola

a pimenta tem sua época de safra e entressafra, estando expostas as influências do clima e das pragas, caso ocorra a redução da produção agrícola, esta interfere diretamente no resultado da agroindústria.

Com os olhos no futuro, os agricultores já trabalham na expansão das atividades da agroindústria, utilizando como estratégia a diversificação de produtos, este modelo de expansão vai possibilitar aos agricultores a participação em outros mercados. A estratégia escolhida foi a de desenvolver outra agroindústria, várias ideias surgiram e foram discutidas em reuniões na associação, chegaram por fim a ideia de investir na Apicultura.

No ano de 2019 sete famílias começaram a trabalhar com apicultura, o investimento inicial para esta atividade foi possível devido à reserva de capital obtido com o trabalho na agroindústria da pimenta. A opção pela apicultura surgiu devido ao fato de que esta atividade não necessita de dedicação em tempo integral, permitindo aos agricultores a continuidade do trabalho no campo e na agroindústria de pimenta. Os equipamentos para extração e engarrafamento do mel estão instalados em um galpão específico para esta finalidade (Figura 3).

Figura 3. Produtos da apicultura.



Fonte: Imagem cedida pela agroindústria (2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A venda dos produtos é feita no mercado local de vizinhança, nos chamados circuitos curtos de comercialização principalmente supermercados e feiras livres (Figura 4) da cidade de Viçosa. Para Wilkinson (2010) e Schneider (2016) através das feiras os agricultores trazem a perspectiva da economia solidária, do consumo consciente e da soberania alimentar a partir de alimentos agroecológicos.

Os agricultores salientam que precisam ampliar as vendas dos produtos para outros mercados principalmente nas cidades vizinhas, para Zambra (2016) o aumento da comercialização é uma variável fundamental para o sucesso da agroindústria.

A agroindústria não é beneficiada pelos programas do governo federal Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar visto que a pimenta não faz parte do cardápio.

Figura 4. Venda dos produtos na feira.



Fonte: Foto fornecida pela agroindústria (2021).

No ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, a agroindústria abriu canal de vendas através das redes sociais utilizando o sistema de *delivery* (Figura 5), os consumidores estão evitando sair de casa, principalmente para as feiras e outros locais públicos. Esta situação reduziu de forma significativa a renda dos agricultores, desta forma para minimizar os prejuízos, resolveram abrir este canal de vendas.

Figura 5. Vendas de produtos elaborados pela agroindústria pelas redes sociais.



Fonte: Imagem fornecida pela agroindústria (2021).

Os agricultores relatam que está sendo uma experiência exitosa, a comunicação com os clientes tem sido positiva e as vendas voltaram a crescer. Através deste canal os produtos são entregues diretamente na residência dos consumidores, sendo o serviço e entrega realizado pelos próprios agricultores. Sobre este canal de comercialização Zaluski *et al.* (2018) relatam experiências similares bem-sucedidas em agroindústrias do Rio Grande do Sul.

Em relação à participação das mulheres associadas a agroindústria, atuam principalmente na fase de colheita da pimenta. Trabalhos desenvolvidos por Etges e Karnopp (2020) no Rio Grande do Sul destacam a participação fundamental das mulheres no fortalecimento das agroindústrias.

Perguntados sobre a participação dos jovens na agroindústria, os agricultores responderam que a participação deles ainda é pequena, mas percebem a existência de um interesse crescente. Com relação aos jovens, acreditamos ser interessante que o poder público em suas diversas esferas, fosse capaz de criar incentivos para que os jovens participassem mais ativamente da agroindústria. A continuidade da atividade depende do envolvimento das novas gerações, tanto na formação de gestores como de novos empreendedores capazes de desenvolver o aproveitamento do espaço agrícola e de novos produtos.

Para os agricultores, a instalação da agroindústria trouxe alguns benefícios, o principal foi o aumento da renda familiar, seguido pela abertura de novos postos de trabalho para a comunidade e o fortalecimento da associação comunitária.

Pesquisas desenvolvidas por Etges e Karnopp (2020) identificaram que 81,1% dos agricultores citaram o aumento da renda como principal fator de motivação para constituição da agroindústria familiar.

Para Zaluski *et al.* (2018) a agroindústria é uma alternativa de renda e trabalho para os agricultores e suas famílias fortalecendo o empoderamento socioeconômico. Rocha e Leismann (2017) também apontam para a profissionalização do agricultor familiar, a geração de postos de trabalho e geração de rendas diretas e indiretas como alguns benefícios da instalação da agroindústria familiar rural.

O desenvolvimento de conhecimentos sobre gestão tem sido importante para a boa condução dos negócios e o fortalecimento do processo de organização da agroindústria, segundo o gestor da agroindústria, habilidades e conhecimentos diferentes dos utilizados na agricultura agora são exigidos para boa condução dos negócios da agroindústria.

Quando perguntados sobre as principais dificuldades encontradas pela agroindústria, os agricultores destacaram que “os entraves burocráticos são a maior dificuldade, principalmente os relacionados com documentos fiscais e protocolos das agências sanitárias”. Esta reclamação é pertinente haja visto que em visita a outra agroindústria na cidade de Caruaru, também recebemos o mesmo tipo de informação.

Para Rocha e Leismann (2017) “transpor as barreiras da legislação agroalimentar é apenas mais um dos desafios a serem enfrentados pelas agroindústrias familiares”. No entanto, estudos desenvolvidos por Etges e Karnopp (2020) apontaram que 80% das agroindústrias familiares da

região do Vale do Rio Pardo-RS são formalizadas, no caso específico desta região, a formalização é necessária devido ao fato destas agroindústrias familiares fornecerem seus produtos para indústrias de alimentos, sendo necessária a emissão de documento fiscal.

São muitas as dificuldades que a agroindústria familiar rural encontra para se formalizar, por isto vários empreendimentos permanecem na clandestinidade. Para Hanh *et al.* (2017) estas dificuldades estão relacionadas com o processo de aprovação do produto pelas instituições e agências reguladoras dos sistemas agroalimentares, ainda segundo o mesmo autor, estes órgãos fiscalizam as agroindústrias familiares baseados na legislação federal, estadual ou municipal ignorando os aspectos culturais que fazem parte da qualidade dos alimentos. Ultrapassar estes obstáculos advindos da legislação agroalimentar é um grande desafio para a agroindústria familiar rural.

Caracterizar os custos da agroindústria familiar rural é uma tarefa bastante complexa, sendo difícil estabelecer a divisão entre o trabalho agrícola e o da agroindústria, assim como a participação dos insumos e equipamentos utilizados nos processos. Como estabelecer o preço final do produto que será comercializado? É um exercício complexo.

Mesmo trabalhando de forma empírica para o estabelecimento do preço final dos produtos, os agricultores vêm obtendo uma renda auxiliar que permite uma melhoria na qualidade de vida, especialmente na aquisição de bens de consumo e segurança alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta situação, que trouxe a melhoria da qualidade de vida dos produtores, revela que a instalação da agroindústria foi importante para a melhoria da qualidade de vida dos assentados, o desenvolvimento desta atividade econômica agregou valor ao produto agrícola proporcionando aumento da renda familiar e criação de novos postos de trabalho para os assentados.

O funcionamento da agroindústria exigiu dos agricultores o desenvolvimento de outras habilidades diferente das utilizadas na agricultura inclusive conhecimentos sobre gestão de empresas, fundamentais para que pudessem enfrentar novos desafios, diferentes dos que estavam habituados a lidar.

A instalação da agroindústria exigiu a participação de toda família, desde a colheita da pimenta utilizada pela agroindústria, atividade desenvolvida fundamentalmente pelas mulheres, passando pela gestão e produção da agroindústria, comercialização nas feiras, comércio local e através das redes sociais, destacando também o início da participação dos jovens nos processos.

A instalação da agroindústria trouxe uma nova dinâmica para a comunidade do assentamento Dourada, novos estudos precisam ser desenvolvidos para analisar aspectos mais amplos das

influências socioeconômicas trazidas por este empreendimento, assim como o desenvolvimento de tecnologias de gestão integrada campo e agroindústria.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 103, 31 mai. 2017.
- ETGES, V. E.; KARNOPP, E. A agroindústria familiar no contexto do sistema agrário colonial do sul do Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.25, n.1, p. 268-283, jan.-abr., 2020.
- FERNANDES, D. M. M.; ENGEL, B. S. Agroindústrias familiares rurais: vantagens e desvantagens da legalização. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, nº 3, p. 183-214, set.-dez. 2016.
- GIRALDELLO, F. *et al.* A agroindústria familiar na microrregião de Francisco Beltrão (PR). **Revista FAE**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 162-177, jan.-jun. 2013.
- GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. *In*: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 6., 2007, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: SBSP, 2007.
- HAHN, C. L. *et al.* Análise de mercado dos produtos da agroindústria familiar: Estudo de caso do perfil do consumidor e do produtor Santo-Angelense – Rio Grande do Sul – Brasil. **Espacios**, Caracas, v. 38, n. 21, p. 5-18, 2017.
- HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2006**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, IBGE, disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.
- MIOR, L. C. *et al.* Redes, agroindústrias familiares e os novos mercados em Santa Catarina. *In*: ESTEVAN, D. de O.; MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2014. p.73-100.
- ROCHA, P. M. R.; LEISMANN, E. L. Mapeamento de riscos na agroindústria familiar e possibilidades de mitigação. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 6, n. 1, p. 63-81, jan.-jun. 2017.
- SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. *In*: MARQUES, F. C. (Org.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-142.
- SULZBACHER, A. W.; NEUMANN, P. S. O social e suas dimensões em agroindústrias familiares rurais. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 3, p. 93-120, jul./set. 2014.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- VIERA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. **Agricultura e Indústria no Brasil**: Inovação e Competitividade. 1. ed. IPEA: Brasília, 2017.
- WILKINSON, J. Economic and Agrofood studies in Brazil: combining social networks, convention and social movement approaches. **Economic sociology**, v. 11, n. 2, p. 3-9, 2010.

ZALUSKI, F. C.; HEDLUND, P. R.; SAUSEN, J. O.; OLIVEIRA, T. D. O diagnóstico organizacional em agroindústrias familiares: um estudo em uma agroindústria familiar rural. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 9, n. 2, p. 62-75, mai.-ago. 2018.

ZAMBRA, E. M. **Gestão de pequenos empreendimentos rurais e políticas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no território da Baixada Cuiabana**. 2016. 233 fl. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, São Caetano do Sul, 2016.

MULHERES AGRICULTORAS: DESAFIOS E APRENDIZAGENS NA CONSTRUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DA COZINHA AGROFAMILIAR ARTE E SABOR NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Paulo José de Santana, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Luciano Pires de Andrade, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFAPE

Como citar este capítulo:

SANTANA, P. J. de; ANDRADE, L. P. de. Mulheres agricultoras: desafios e aprendizagens na construção autogestionária da cozinha agrofamiliar arte e sabor na Zona da Mata de Pernambuco. *In*: ANDRADE, L. P. de; SILVA, S. P. DA; ANDRADE, H. M. L. da S. (Orgs.). **Agroindústrias familiares**: experiências de beneficiamento no semiárido nordestino. 1. ed. Garanhuns: Agrofamiliar, 2022. p. 57-70. DOI: <https://doi.org/10.52719/Agroindustrias.Familiares/cap04>

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em apresentar os desafios e oportunidades vivenciados por mulheres agricultoras durante o processo de implantação da cozinha agrofamiliar arte e sabor da comunidade Serro Azul, município de Palmares/PE. Os argumentos observados com centralidade nas diferentes estratégias autogestionárias, refletem os impactos da enchente ocorrida em Palmares, em junho de 2010. Que trouxe sérias consequências ao território, impulsionando um processo de vulnerabilidade social em comunidades rurais do município. O método da pesquisa obedece ao caminho metodológico do estudo de caso, que emerge da análise qualitativa desta experiência, buscando compreender o processo de organização autogestionária de base comunitária, que por meio da cozinha agrofamiliar inspirou resistência política e socioeconômica de mulheres rurais no território de Pernambuco.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; autogestão; cozinha agrofamiliar; mulheres; Palmares/PE.

INTRODUÇÃO

No século XXI os processos de autogestão têm sido uma intencionalidade política de resistência social em comunidades rurais, como estratégia de superação dos desafios e construção de aprendizagens frente aos problemas identificados no território.

No ano de 2010, no município de Palmares, interior de Pernambuco, as problemáticas existentes foram agravadas pelas fortes chuvas, que provocaram uma enchente no Rio Una, atingindo várias famílias agricultoras como destaca o Jornal O Globo (2010): “As vítimas das enchentes que atingiram a região na última semana sofrem com o que restou: escombros, lama e tristeza. O cenário é desolador em Palmares. A cidade foi uma das mais atingidas pelas chuvas.” (O GLOBO, 2010).

A catástrofe refletiu na resistência das comunidades rurais de Palmares, circunstância que impactou com forte agravamento do quadro de vulnerabilidade social da agricultura familiar do município e, sobretudo, na (re)existência de mulheres agricultoras que buscaram formas de se emanciparem a partir dos desafios e oportunidades encontradas em suas comunidades.

No campo das iniciativas autogestionárias de base comunitária na agricultura familiar:

A Agroindústria Familiar Rural trata-se de uma ressignificação de uma prática tradicional das famílias dos agricultores. Ou seja, assume um papel diferenciado nas unidades de produção familiar, deixando de ter um caráter doméstico, voltado apenas para o consumo das famílias, e passa, em muitos casos, a se tornar a responsável pela manutenção de muitas propriedades rurais. (SGARBI, 2007, p.6.)

Neste contexto, emerge no território um processo de (re)organização das famílias agricultoras que, lideradas por mulheres chefe de família, envidaram esforços para superar os desafios vivenciados. Os interesses coletivos alimentaram a racionalidade pela luta, que impulsionaram diferentes estratégias autogestionárias com centralidade na mobilização, formação e beneficiamentos de produtos da agricultura familiar.

A dimensão autogestionária inspirada na capacidade coletiva dos atores sociais e comunitários, tornou-se base na construção de caminhos para reversão dos problemas relacionados à organização comunitária, trabalho e renda na agricultura familiar. Nos termos da Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário (PELO SOCIALISMO AUTOGESTIONÁRIO, 1978), realizado em Lisboa, assim ficou conceituado autogestão como:

[...] a construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisões, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos. (PELO SOCIALISMO AUTOGESTIONÁRIO, 1978).

A Cozinha Agrofamiliar articulada a partir deste contexto no território exerceu a função de mobilizar as mulheres agricultoras, no sentido de fortalecer sua identidade e os processos de resistência. E a dimensão autogestionária praticada pelas mulheres tem sido uma estratégia central na construção do conhecimento necessário à permanência no território, a partir da organização para o acesso ao trabalho e renda. “Autogestão significa que os próprios produtores associados dirigem sua atividade e o produto dela derivado” (VIANA, 2007, p.9).

Na prática da autogestão a iniciativa da cozinha agrofamiliar dialoga com o território na perspectiva da construção de um projeto político de desenvolvimento rural, que articula os grupos e organizações comunitárias no sentido de ressignificar a diversidade da produção familiar e

potencializar trabalho e renda. Para Wesz Júnior *et al.* (2009), essas iniciativas de diversificação produtiva dentro do sistema agroalimentar têm se mostrado expressivas em quantidade, distribuição espacial e variabilidade de produtos.

Em termos de conceituação, para Sgarbi (2007), a “Agroindústria Familiar Rural é uma unidade de processamento de alimentos localizados nas propriedades ou nos aglomerados rurais próximos. Geralmente é de propriedade de agricultor familiar, individualmente ou em grupo”.

Os estudos no Brasil, sobre a função das agroindústrias familiares no contexto do desenvolvimento rural, apontam indicadores relevantes e necessários à construção do conhecimento na agricultura familiar articulados aos processos autogestionários do território. Os fundamentos baseados numa pesquisa realizada na região Sul do Brasil, explicita sinais de evolução na agricultura familiar a partir da:

- a) Elevação/complementação da renda familiar no meio rural;
 - b) Redução da vulnerabilidade econômica dos agricultores familiares;
 - c) Diversificação e fomento das economias locais;
 - d) Descentralização da produção e das fontes de renda;
 - e) Adequação à estrutura fundiária existente;
 - f) Valorização das especificidades locais e preservação dos hábitos culturais;
 - g) Estímulo da proximidade nas relações comerciais (produtor-consumidor);
 - h) Ocupação e geração de emprego no meio rural;
 - i) Redução do êxodo rural;
 - j) Estímulo ao cooperativismo e associativismo;
 - k) Preservação do meio ambiente e dos recursos naturais;
 - l) Mudanças nas relações de gênero.
- (WESZ JUNIOR, et al, 2009, p. 68-79)

O trabalho voluntário de sensibilização das missionárias da Congregação Irmãs Catequistas Franciscanas⁴, iniciou um processo de acompanhamento a 45 (quarenta e cinco) famílias agricultoras das comunidades afetadas pela enchente, articulou ações e projetos que apoiaram nessa dimensão de evolução na agricultura familiar do território.

Nos resultados, após uma década de atuação, destacam-se avanços na formação política das mulheres, nos processos de articulação coletiva no território, na criação de circuitos curtos de comercialização por meio de feiras da economia solidária e na implantação de uma cozinha agrofamiliar que, de forma autogestionária, agrega valor aos produtos beneficiados da agricultura familiar.

⁴ Movimento que nasceu em Rondeio, Estado de Santa Catarina (SC), em 1915, como resposta à necessidade de educação e catequese nas escolas paroquiais. A partir daí a iniciativa se ampliou para 19 Estados, Distrito Federal e ultrapassou as fronteiras do Brasil para mais oito países. Em Pernambuco, atua desde 2010, no município de Palmares.

Nessa trajetória, também merecem destaque as ações do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA)⁵, que atuou na formação de técnicos/as em Agroecologia no município. Formando profissionais qualificados/as e que com base na realidade local, contribuem para a ação, por meio de processos participativos na extensão de práticas de base agroecológica.

Nas convergências atuais, a temática da Cozinha Agrofamiliar passa a ser aliada, àqueles que buscam construir resistência comunitária por meio de processos autogestionários.

A construção do conhecimento neste campo tem revelado alternativas sustentáveis para as populações permanecerem em seus territórios, a partir dos desafios e oportunidades que lá se encontram. “Nesse caminho várias estratégias de desenvolvimento determinadas por dinâmicas econômicas endógenas têm sido identificadas, merecendo destaque as agroindústrias familiares rurais” (WESZ JÚNIOR *et al.*, 2009).

Neste sentido, os argumentos expostos têm o objetivo de apresentar os desafios e aprendizagens do processo de mobilização de mulheres agricultoras, observando a dimensão autogestionária da implantação da Cozinha Agrofamiliar “Arte e Sabor” na comunidade Serro Azul no município de Palmares/PE.

A natureza do estudo obedeceu à pesquisa interdisciplinar a partir de uma abordagem qualitativa. A investigação se apoiou no método de estudo de caso, com apoio da análise documental (GIL, 2008).

CONTEXTUALIZAÇÃO

O município de Palmares está localizado na zona da Mata Sul do Estado de Pernambuco, é composto por uma população de 59.536 habitantes (IBGE, 2010). O território concentra 21% da população no meio rural e um percentual de 51% de mulheres na composição populacional. Registra-se na atividade econômica, a presença forte da indústria canavieira da cana-de-açúcar e na agricultura familiar, cultivos de subsistência, a exemplo de variedades de frutas, hortaliças e tubérculos.

A atuação das missionárias da Congregação Irmãs Catequistas Franciscanas, após a enchente de 2010, contribuiu para a articulação de um conjunto de iniciativas que fortaleceu as atividades autogestionárias com o envolvimento das famílias agricultoras, que a partir do quadro de vulnerabilidade social vivenciado com a enchente e passaram a construir estratégias coletivas de articulação em rede.

⁵ Uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associação sem fins lucrativos, que ao longo de 32 anos, vem emancipando gerações com a missão de “formar pessoas para atuarem na transformação das circunstâncias econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas na promoção do desenvolvimento sustentável”. Funciona como escola de nível médio que forma técnicos em Agroecologia.

No conjunto dessas estratégias convém destacar a criação da Rede Tecendo Economia Solidária, que mobilizou famílias de mulheres do território de Palmares e comunidades do entorno, na perspectiva da formação política para incidência nos circuitos curtos de comercialização.

Neste sentido, destaca-se a articulação e formação política do grupo de Mulheres Guerreiras do Assentamento Flor do Dia e o Grupo de Mulheres Pérola da Terra da comunidade de Serro Azul, ambos localizados em comunidades rurais do município de Palmares. E Grupo de Mulheres Renascer do Assentamento Camurim Grande, a Associação das Mulheres do Assentamento Flor de Maria, o Grupo de Mulheres Renascer Doces e Salgados do Assentamento El Shaday e Grupo de Mulheres El Shadday do Assentamento Camurim Grande, comunidades rurais circunvizinhas do território de Palmares, localizadas no município de Água Preta.

Redes de Feiras da Economia Solidária

As articulações das Feiras da Economia Solidária tornaram-se uma estratégia complementar, que mobiliza os agricultores/as familiares a comercializarem seus produtos, em espaços públicos, com horários e dias específicos. Os circuitos curtos de comercialização emergiram no território como estratégia autogestionária para o escoamento dos produtos produzidos na cozinha agrofamiliar.

Os circuitos curtos de comercialização conseguem reconstruir a identidade entre o alimento, a sociedade e o território. Saber quem produz, onde se produz e como é produzido faz diferença para os consumidores. (SCHNEIDER, 2021, p. 15).

A iniciativa de comercializar os produtos da agricultura familiar nos bairros do território de Palmares, reforça a ideia da proximidade nas relações comerciais entre os produtores/as e os consumidores/as. As quais constroem valores e crenças que afinam os propósitos autogestionários na agricultura familiar, a partir da existência de cozinhas agrofamiliares (Figura 1).

Figura 1. Agricultoras familiares participando da Feira da Economia Solidária no bairro de Onofre, Palmares/PE.



Fonte: Arquivo Rede Tecendo Economia Solidária (2021).

A economia solidária é, portanto, toda organização formada e gerida por trabalhadores que detêm os meios de produção, com vistas à geração de trabalho e renda. Essa organização deve ser pautada em princípios de solidariedade e de autogestão (IASKIO, 2007, p.59).

A Feira pode ser compreendida como um espaço que reúne produtores/as da agricultura familiar, a partir dos processos autogestionários expõe sua produção, a qual estabelece uma dinâmica de interação solidária entre as produtoras e consumidores no âmbito da exposição, troca e comercialização de seus produtos.

Na prática, ocorre intercâmbio entre os diferentes saberes que apoia na construção de novos conhecimentos e a cozinha agrofamiliar exerce uma função relevante na consolidação dessas famílias agricultoras, pois para além da oferta dos produtos frescos direto da roça, os consumidores/as passam a acessar um cardápio de produtos beneficiados que pode ampliar e complementar a necessidade alimentar da família. Uma estratégia que emancipa as agricultoras na perspectiva do trabalho, renda e na dimensão política. O que caracteriza a “pluriatividade na agricultura familiar”, nos termos de Schneider (2003) (Quadro 1).

Quadro 1. Relação dos espaços, locais, dias e horário de comercialização das famílias agricultoras.

Nome	Local	Dia/Horário
Feira da Economia Solidária	Bairro centro, município de Palmares/PE.	Todas as quartas feiras, 5h às 11h.
Feira da Economia Solidária	Bairro Quilombo II, município de Palmares/PE.	Todos os domingos, 5h às 11h.
Feira da Economia Solidária	Bairro Santo Onofre, município de Palmares/PE.	Todas as sextas feiras, 5h às 11h.
Feira da Economia Solidária	Distrito de Santa Tereza, município de Água Preta/PE.	Todas as sextas feiras, 5h às 11h.

Fonte: Rede Tecendo Economia Solidária (2021).

Neste contexto foram desenvolvidas formações políticas e autogestionárias de grupos de mulheres, na qual passaram a receber conhecimentos no processo de transição agroecológica, com apoio de egressas do Curso Técnicos em Agroecologia formados pelo Serta. Profissionais qualificadas, “que refletem a realidade comunitária e a partir dela, contribuem para a ação, por meio de processos participativos na extensão de práticas de autogestionária de base agroecológica”, (MOURA, 2003).

A partir de setembro de 2019, esses grupos receberam doações de quatro veículos picapes, em condições de uso. Dados pela Superintendência Regional do Trabalho de Pernambuco (SRTb-

PE)⁶, mediante a construção de normas de convivência esses veículos passaram a integrar nos itinerários das feiras a logística dos produtos das famílias agricultoras das comunidades rurais.

A gestão da rede de Feiras da Economia Solidária foi constituída por agricultores, que a partir de um regimento interno articulam o Fundo de Feira, como estratégia autogestionária para apoiar nas despesas decorrentes das iniciativas do grupo.

Relação dos Produtos Beneficiados ofertados nos espaços de comercialização

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural constitui um novo espaço e um novo empreendimento social e econômico. A atividade artesanal de transformação de alimentos, sobretudo da mulher agricultora, evidencia ainda a existência de aspectos culturais associados aos hábitos alimentares de uma determinada região (MIOR, 2005, p.191)

As atividades de formação sobre agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, articulada ao contexto do Projeto Mutirão Ciranda⁷, recebeu o apoio da nutricionista responsável pela Cozinha Escola do Curso Técnico em Agroecologia do Sertão.

O processo formativo desenvolvido em formato de oficinas articulou os conhecimentos sobre os produtos da agricultura familiar existentes na região, as receitas desenvolvidas pelas agricultoras e a partir das atividades práticas, foram aprofundadas as questões ligadas aos processos de produção de beneficiados em massas e doces, assim como também técnicas de higiene, envasamento e cálculo de preços de produtos (Figura 2).

Figura 2. Agricultoras Familiares na Oficina de Beneficiamento de Produtos da Agricultura Familiar pelo Sertão



Fonte: Arquivo Sertão (2020).

⁶ Termo de Doação nº 02/2019. Celebrado entre a Superintendência Regional do Trabalho em Pernambuco (SRTB/PE) e o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA).

⁷ FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Edital de Seleção Pública nº 2018/009. Seleção Pública de Projetos para Reaplicação de Tecnologias Sociais. Projeto Nº 17.291 - Mutirão Ciranda: Jovens e Mulheres da Agricultura Familiar (SERTA).

São alguns dos produtos praticados pelos agricultores/as que são produzidos a partir da Cozinha Agrofamiliar Arte e Sabor, e estão sendo comercializados na Rede de Feiras da Economia Solidária no município de Palmares e Água Preta: Pão integral (batata doce e macaxeira), doces em potes (banana, caju, jaca, mamão verde e coco), Chips de tubérculos (inhame, batata doce, banana e macaxeira), bolos (mandioca, banana e sua casca), manuê, tapioca, massa, goma, beiju, bolo de rolo e sucos diversos.

Para que esses produtos se consolidem pela demanda ampliada do mercado, é necessário que os agricultores/as ampliem as redes de contatos nos territórios, pois:

Os mercados dos pequenos empreendimentos agroindustriais são construídos com base no prolongamento das relações familiares nas localidades rurais, com os consumidores e com os diversos tipos de canais de comercialização, sendo que a produção dos alimentos evoluiria conforme a demanda destes atores sociais. (GAZOLLA, 2013, p. 66).

Para Gazolla (2013), a definição de agroindústria familiar está baseada em suas condições alargadas de reprodução social, na qual reflete alguns elementos que têm como principal, a lógica familiar.

A Construção Colaborativa do Layout da Cozinha

Esse processo de construção recebeu a participação de voluntárias da área de nutrição⁸ e que de forma colaborativa conheceram a realidade das agricultoras. O estudo dos produtos e das necessidades comunitárias, passaram a discutir as adequações e layout da Cozinha Agrofamiliar, que foi implementada na comunidade de Serro Azul, município de Palmares.

Durante as 30 (trinta) horas de assessoria desenvolvida com as agricultoras familiares pela equipe técnica, as questões discutidas na dimensão da adequação tiveram observância no processo de humanização na dinâmica de funcionamento da cozinha, relacionando o processo produtivo com o bem-estar das pessoas envolvidas.

Na área interna da cozinha no layout (Figura 3), foram subdivididas em quatro espaços com funções de uso distintas. No primeiro quadrante (Área 01), foi pensado para recepção, limpeza e higienização primária dos produtos.

O segundo quadrante (Área 02), foi pensado com o objetivo de alocar os equipamentos (balcão com torneira, mesa de inox, despulpadora, liquidificador, triturador, além de utensílios diversos) necessários à manipulação e processamento dos alimentos.

O terceiro quadrante (Área 3), denominado como área quente, é destinado às atividades de preparo e cozimento com fogões e fornos.

⁸ Equipe Técnica da Nutrição em Saúde Pública: Estagiárias/os de nutrição da Centro Universitário Goyazes (UniGoyazes) Marcos Vinicius, Tatielly Pinheiro, Gabrielle Silva e Tânia de Jesus. Supervisionados pela professora Ingrid Garcia e das nutricionistas Ariandeny Furtado (SIASS IF Goiano/IFG) e Vânia Marra (SES/GO).

E o quarto quadrante (Área 4), destinado à rotulagem e processamento, com a locação de mesa de papel filme, seladora, freezer, prateleiras para potes e utensílios necessários. Além dessa estrutura o Layout também orienta para as áreas externas a locação de sanitários e sala de descanso.

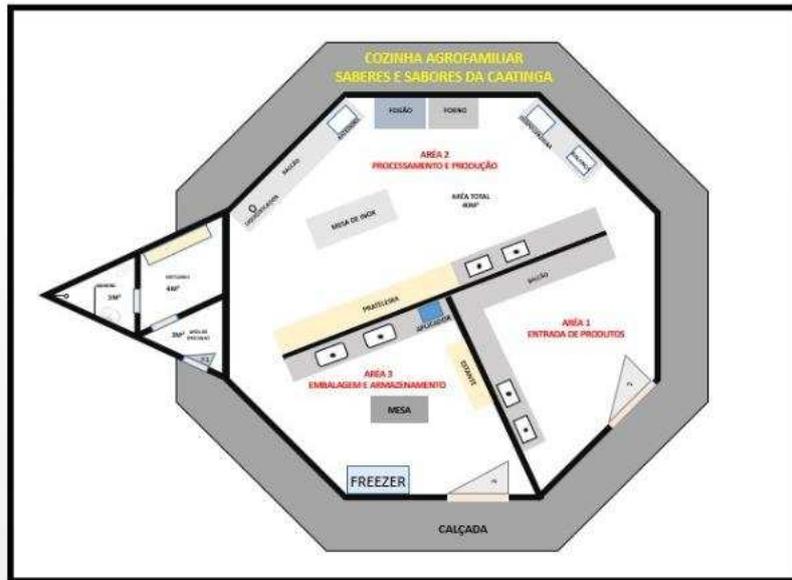
Nesta mesma perspectiva, também foi discutido o Layout da cozinha em formato circular, na qual despertou no processo de aprendizagem a possibilidade de pensar a cozinha em formatos distintos, mas com o objetivo de assegurar os princípios básicos e necessários ao processo de beneficiamento de produtos (Figura 4).

Figura 3. Proposta de Layout II construída e discutida de forma coletiva.



Fonte: Arquivo Serta (2020).

Figura 4. Proposta de Layout II construída e discutida de forma coletiva.



Fonte: Arquivo Serta (2021).

O território das mulheres agricultoras de Palmares⁹ no âmbito da experiência desenvolvida pelo Serta, recebeu o apoio para a instalação da Cozinha Agrofamiliar Arte e Sabor. A qual, por meio do Projeto Mutirão Ciranda foram realizadas capacitações em marketing e agregação de valor a produtos da agricultura familiar e em processos de adequação às conformidades da agricultura orgânica, intercâmbios de saberes, planejamento e layout da cozinha, além da doação de mais de 25 mil reais em equipamentos e utensílios para infraestrutura da cozinha (Figura 5).

Figura 5. Grupos de agricultoras familiares recebendo equipamentos Doados pelo Projeto Mutirão Ciranda/Fundação Banco do Brasil.



Fonte: Arquivo Serta (2020).

⁹ Esse mesmo processo também foi desenvolvido com mulheres agricultoras no território do Assentamento Panorama, município de Timbaúba com a Cozinha Agrofamiliar “Delícias da Creuza”. Assentamento Pitanga II, município de Abreu e Lima com a Cozinha Agrofamiliar “Flores de Pitanga”. Comunidades rurais do município de Betânia com a Cozinha Agrofamiliar “Arte e Sabor”. E o Povo Kambiá, Aldeia Malhador no município de Buíque com a Cozinha Agrofamiliar “Saberes e Sabores da Caatinga”.

Além dos equipamentos e utensílios doados (Quadro 2), para o processo de comercialização, também foi articulado aos grupos de agricultoras, barracas com cobertura, balança eletrônica, avental, boné, camisa e caixas plásticas para o transporte e armazenamento dos produtos para as Feiras da Economia Solidária.

Essas iniciativas somaram nas ações que a Rede Tecendo Economia Solidária vem desenvolvendo no território desde 2010. Assessoradas pelas missionárias da Congregação Irmãs Catequistas Franciscanas, o território como um todo foi apoiado com o acompanhamento nas assembleias mensais da rede, assistência técnica em extensão rural as famílias, articulação política a nível municipal e estadual nas demandas das agricultoras, realização de cursos no planejamento das propriedades e apoio na construção de quintais produtivos, biodigestores, fogões ecológicos, etc.

A resistência política com a participação social das mulheres agricultoras tem revelado um processo de afirmação da agricultura familiar no território e a cozinha agrofamiliar foi uma das estratégias autogestionárias que tem consolidado essa construção identitária no território de Palmares/PE.

Quadro 2. Relação dos equipamentos e utensílios doados as agricultoras da Cozinha Agrofamiliar

Nº	Equipamentos e Utensílios	Medida	Qtde	Caracterização
1	Aplicador de filme AF-500B	Unidade	1	Utensílios
2	Liquidificador industrial 10L	Unidade	1	Utensílios
3	Mesa 1,90 x 0,70 inox	Unidade	1	Utensílios
4	Batedeira planetária	Unidade	1	Equipamentos
5	Freezer horizontal 503L	Unidade	1	Utensílios
6	Forno lastro guilhotina gás-900	Unidade	1	Utensílios
7	Despolpadora industrial	Unidade	1	Equipamentos
8	Fogão 6 BC 30x30 baixa pressão	Unidade	1	Utensílios
9	Balança prix III plus 30	Unidade	1	Equipamentos
10	Caixa agrícola	Unidade	5	Implementos
11	Forma de bolo 12	Unidade	5	Utensílios
12	Forma de bolo 14	Unidade	5	Utensílios
13	Forma de bolo 16	Unidade	5	Utensílios
14	Forma de bolo 20	Unidade	5	Utensílios
15	Forma de pão caixa	Unidade	5	Utensílios
16	Caçarola extra 30	Unidade	3	Utensílios
17	Caçarola hotel 32	Unidade	3	Utensílios
18	Caçarola extra 34	Unidade	3	Utensílios
19	Kit super mix com amassadeira	Unidade	1	Utensílios
20	Papel filme 40cm medida média 1.000m	Unidade	1	Utensílios
21	Touca descartável (bolsa com 100und)	Unidade	1	Utensílios

22	Luvas descartáveis	Unidade	1	Utensílios
23	Tábua de corte polietileno 1 x 050cm	Unidade	1	Utensílios
24	Jogo de faca inox 3 peças	Unidade	1	Utensílios

Fonte: Arquivo Serta (2021).

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A necessidade de fortalecer a visão de futuro a partir das dimensões coletivas é um dos desafios que esta experiência apresenta. Apesar dos agricultores estarem juntos, politicamente lutando pelas mesmas causas, compreende-se a necessidade de superar as influências culturais da produção com agrotóxico, na participação efetiva das discussões da rede e nos processos de autogestão da organização para produção e comercialização.

A ausência do apoio afetivo da gestão pública municipal nas questões de afirmação e visibilidade da cozinha agrofamiliar no âmbito de seus processos de comercialização é uma questão que merece enfoque. Inclusive, diante das demandas dos produtores em terem que utilizar em seus produtos códigos de barras, tabela nutricional, logomarca e embalagem personalizada. Destaca-se ainda a má qualidade das estradas rurais de acesso e a ausência de uma política pública de apoio à logística de escoamento dos produtos destas comunidades.

O processo de assistência técnica e extensão rural tem apoiado as famílias a fazerem a transição agroecológica, mesmo que de forma gradual, conforme define Caporal:

Transição agroecológica é entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção, a estilos de agriculturas que incorporam princípios e tecnologias de base ecológica. (CAPORAL, 2015, p. 298).

No entanto, a descontinuidade dos recursos e projetos na comunidade de Palmares, com essa finalidade, alerta o grupo de agricultores/as a se aprofundarem nas estratégias de autogestão.

Observou-se que as dificuldades persistem, sobretudo, no campo das adequações normativas e sanitárias, numa maior organização política coletiva dos agricultores/as no território, na gestão financeira e administrativa, assim como também na necessidade de parcerias efetivas de apoio às iniciativas da agricultura familiar pelo poder público municipal. Sobretudo para acessar os mercados institucionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na visão de Bandoni (2014).

Constatou-se avanços na mobilização e formação do grupo de agricultores/as, no aperfeiçoamento do espaço físico, a partir do estudo e construção coletiva do layout da cozinha para o recebimento dos equipamentos, treinamentos e manuseio durante o beneficiamento dos produtos e a articulação para o acesso aos mercados, circuitos curtos de comercialização.

Na agricultura familiar esses processos têm se apressado, sobretudo a partir das consequências agravadas pelos limites socioculturais, deixados pelas restrições e isolamento social dos agricultores/as em suas comunidades. O que contribuiu para o impacto no quadro de vulnerabilidade social e econômica no território do município de Palmares/PE.

Neste período de retomada, pós pandemia da Covid-19, é notório a necessidade de uma ação coletiva que some na direção dos processos autogestionários de base comunitária a partir das experiências das agroindústrias familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas, tem um horizonte temporal de 12 (doze) anos de construção no território de Palmares/PE. Neste estudo podemos afirmar que a existência/necessidade de processos autogestionários na agricultura familiar é inerente ao surgimento das agroindústrias familiares. Por se tratar de uma dimensão que tem como plano de fundo a família, como centro de poder nas decisões. E não a indústria, em suas derivações mercadológicas.

O impulso dos agricultores/as familiares para construção de caminhos coletivos, frente às problemáticas identificadas em suas comunidades, desafia os atores a assumirem o compromisso e a responsabilidade em ressignificar questões sociais, econômicas, culturais e ambientais impostas pelo mercado.

A urgência em discutir a agroindústria como estratégia autogestionária na agricultura familiar, transborda as questões do beneficiamento de produtos a partir dos processos de produção, comercialização e consumo. Essa compreensão se amplia na medida em que testemunhamos uma sociedade adoecida e com débito na questão da soberania alimentar e segurança nutricional, o que reflete numa pauta de Saúde Pública e consciência ecológica.

As agroindústrias familiares assumem uma função social e política, que alcança um importante resultado, sobretudo, quando se propõe a abastecer a sociedade com alimentos diversos de origem comunitária e de base agroecológica, frente ao risco da dependência pela imposição dos alimentos da indústria agroquímica.

Concluimos que, quando estamos discutindo agroindústria familiar, estamos compreendendo algo maior, que nos convoca a ressignificar as relações de gênero, da complementação da renda familiar, da geração de trabalho no meio rural, da diversificação na economia do território e da valorização de hábitos culturais diretrizes indutoras de um projeto político de desenvolvimento rural. Essas são as questões centrais apontadas, que merecem ser aprofundadas e refletidas a partir da compreensão dos leitores/as deste texto.

REFERÊNCIA

- BANDONI, D. H. *et al.* Desafios da regulação sanitária para a segurança dos alimentos adquiridos da Agricultura Familiar para o PNAE. **Vigilância Sanitária em Debate**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 107-114, 2014.
- CAPORAL, F. R. **Extensão rural e agroecologia**: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Camaragibe: Ed. do coordenador, 2015. 503p.
- GAZOLLA, M. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social. **Revista IDEAS**, v. 7, n. 2, p. 62-95, 2013.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas, 6 ed. São Paulo, 2008.
- IASKIO, E. L. S. O que é economia solidária? *In*: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. de (Orgs). **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social**: métodos e abordagens. Curitiba: PROEC, 2007. p.49-65.
- IBGE – Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p.
- MOURA, A. de. **Princípios e fundamentos da proposta de apoio ao desenvolvimento sustentável (PEADS)**: uma proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo. Ibimirim: SERTA, 2003. 210p.
- O GLOBO. Pernambuco tem 39 municípios em emergência ou calamidade pública. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/pernambuco-tem-39-municipios-em-emergencia-ou-calamidade-publica-2990330>. Acessado em 27 de abril de 2022.
- PELO SOCIALISMO AUTOGESTIONÁRIO. **Documento da Conferência Nacional “Pelo Socialismo Autogestionário”**. Lisboa. 1979. Porto: Edições base, 1978.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 254p.
- SCHNEIDER, S. Prefácio. *In*: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Org.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.
- SEMINÁRIO NACIONAL DE AUTOGESTÃO. Joinville, Santa Catarina, dezembro de 2003. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogestaocooperativismo.pdf. Acessado em 28 de abril de 2022.
- SGARBI, J. *et al.* **Agroindústria familiar rural**: contribuições para o desenvolvimento agroecológico. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2007. 32p.
- VIANA, N. O que é Autogestão? **Revista Enfrentamento**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 7-11. 2007.
- WESZ JÚNIOR, V. J. *et al.* Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 6, n. 63, p. 59-85. 2009.

BOLEIRAS DA NORMANDIA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Juciany Medeiros Araújo, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Ana Maria Dubeux Gervais, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Como citar este capítulo:

ARAÚJO, J. M.; DUBEUX, A. M. G. Boleiras da Normandia: uma história de resistência e superação no Agreste de Pernambuco. *In*: ANDRADE, L. P. de; SILVA, S. P. DA; ANDRADE, H. M. L. da S. (Orgs.). **Agroindústrias familiares**: experiências de beneficiamento no semiárido nordestino. 1. ed. Garanhuns: Agrofamiliar, 2022. p. 71-82. DOI: <https://doi.org/10.52719/Agroindustrias.Familiares/cap05>

RESUMO

O relato desta experiência aborda as formas de organização das mulheres rurais, observando contextos específicos, como constroem ações coletivas que produzem mudanças nas relações de poder e de opressão nos espaços em que se encontram. No caso estudado, o grupo utiliza-se de estratégias de diversificação dos meios de vida que objetivam melhorias no bem-estar familiar. Essas estratégias acabam tendo influência na emancipação financeira das mulheres e especialmente no estímulo à autonomia de cada uma delas. A análise, é um estudo de caso em um grupo de mulheres rurais intituladas como Boleiras de Normandia, no Assentamento de Normandia no município de Caruaru-PE. A organização dessas mulheres na Agroindústria permite avaliar como elas fazem para assumir funções de gestão do empreendimento, atuar na produção, fazendo o beneficiamento de tubérculos e carnes, e assumir outras funções, além do trabalho doméstico, em espaços decisórios fora de suas casas. Nesse estudo foi possível perceber as diversas peculiaridades das estratégias de resistência adotadas pelas mulheres rurais, para a ampliação de sua autonomia e, ao mesmo tempo, para garantir as estratégias de reprodução social do seu trabalho. Buscou-se identificar as alternativas encontradas pelas mulheres bem como as redes de relações construídas no processo em suas caminhadas no seu fortalecimento quanto grupo de boleiras. Conclui-se que os processos de organização das mulheres fizeram com que conseguissem renda e, para além disto, se percebessem relevantes enquanto sujeitos protagonistas do desenvolvimento da Agroindústria no Assentamento Normandia.

Palavras-chave: Agroindústria; mulheres rurais; perspectiva decolonial.

INTRODUÇÃO

As formas de poder e dominação que afetam as mulheres rurais podem ser analisadas pela discussão da classe e gênero, pois estão diretamente vinculadas ao sistema patriarcal e uma dominação colonial imposta nas formas de controle da subjetividade, da cultura e do conhecimento criando uma divisão sexual do trabalho (SELENER; CHENIER; ZELAYA, 1997; QUIJANO, 2014).

Assim, é necessário considerar que as mulheres rurais apresentam particularidades em relação às mulheres em outros espaços e também quanto aos homens rurais (LUGONES, 2014).

A literatura sobre gênero e agricultura familiar quando se refere às mulheres rurais, geralmente tem seu enfoque nas relações de poder, nas quais elas se encontram no âmbito doméstico e da reprodução. A perspectiva decolonial sobre o gênero nos permite olhar para essas mulheres por um ângulo que considera as consequências da modernidade (e das instituições) sobre seus corpos e modos de vida (KEMPF; WEDIG, 2019).

As mulheres, com as quais iremos dialogar na nossa pesquisa, estão marcadas por questões de gênero e classe, além de estarem relacionadas ao meio rural. Nesse sentido, a partir da perspectiva decolonial, buscamos compreender os processos de resistência das mulheres camponesas, que se dão, na maioria das vezes, de modo sutil, o que faz com que passem despercebidos. Porém, podem ser compreendidos pela subjetividade ativa, que implica o processo de resistência que não procura mudar completamente o sistema de dominação, mas ao mesmo tempo encontra alternativas à dominação imposta pelo meio (LUGONES, 2014).

As discussões que se seguem tomam como estudo as Boleiras da Normandia, grupo de mulheres rurais, localizado no Assentamento de Normandia, município de Caruaru, estado do Pernambuco, que em seu grupo inicial foram organizadas em até 20 mulheres em média, e que há mais de sete anos trabalham juntas, beneficiando vários alimentos, principalmente bolos, além de dar suporte à Agroindústria localizado em Normandia, no assentamento. O grupo de Boleiras é composto por mulheres, o que nos possibilita um *locus* privilegiado de observação da emancipação financeira e da construção de autonomia social e política. Além disso, podemos observar as relações que essas mulheres estabelecem no espaço público de socialização, comercialização, troca e participação em organizações diversas, como na Agroindústria e na presidência da Cooperativa.

Este trabalho buscou analisar os efeitos, na vida familiar e comunitária, do protagonismo de mulheres rurais em um coletivo e de uma Agroindústria, no qual foi possível perceber as diversas estratégias de resistência adotadas por elas, e como essas são importantes para a construção da autonomia e da reprodução social destas mulheres no território rural. A pesquisa compreende um estudo do doutorado de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial na Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGADT/UFRPE). Os procedimentos metodológicos pautaram-se no método qualitativo, através da realização de entrevista de trajetória, bem como de observação participante, registradas sistematicamente em diário de campo.

As boleiras

O Grupo de Boleiras da Normandia está localizado no Assentamento Normandia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, doze quilômetros da cidade de Caruaru na

Região do Agreste de Pernambuco, com a predominância da vegetação do bioma caatinga, com presença de remanescentes de Mata Atlântica.

“O município de Caruaru está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros” (BELTRÃO *et al.*, 2005, p.2). O clima semiárido, com baixo índice pluviométrico, 551 milímetros (mm) anuais, decorrente às chuvas orográficas que ocorrem no Planalto da Borborema, entre os municípios de Gravatá e Pombos, atuando como barreira para a ocorrência de chuvas mais abundantes no município. (*id. ibid.*)

Situado na região nordeste do país, Caruaru é uma cidade polo pela localização, e sua economia é voltada para produção têxtil, comércio e agricultura. A sua população, segundo as estimativas do IBGE em 2021 é de 369.343 habitantes (IBGE, 2022). Sendo a mais populosa cidade do interior pernambucano e a terceira mais populosa do interior nordestino.

O Assentamento da Normandia teve seu decreto de posse em 23 de janeiro de 1997, após muita luta e resistência liderada pelo Movimento Sem Terra (MST). Em suas terras podemos identificar quarenta e uma famílias empossadas, com média de cinco pessoas por famílias, nos 568,58 hectares de terras e 190 hectares de área de preservação ambiental/reserva legal, 53,0 hectares de área de preservação permanente, 6,0 hectares de estradas, e cada família possui lotes individuais de 10 hectares de terras, num total da área de 726,2 hectares de terras que eram improdutivas e passaram a ser produtivas.

A organização desse assentamento é em agrovilas onde cada família tem seu quintal produtivo, cumprindo o papel de resgatar os valores culturais, perpassando o espaço físico da casa. O quintal trás na sua essência a importância no convívio familiar e o desenvolvimento da agricultura camponesa. O termo quintal é usado para se referir ao espaço do terreno situado ao redor da casa, regularmente manejado, onde são cultivadas plantas para vários fins, tais como: alimentares, condimentares, medicinais, ornamentais etc., e animais domésticos de pequeno porte, galinhas por exemplo. (AMOROZO; GÉLY, 1988; LIMA; SARAGOUSSI, 2000; WINKLERPRINS, 2002).

É importante destacar que na agrovila há uma organização dos quintais produtivos, para que cada família tenha sua área de cultivo de onde possa tirar o seu alimento e comercializar o excedente, garantindo uma produção agroecológica e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade alimentar das famílias. As mulheres, em sua maior parte, são as que estimulam o cuidado desses espaços.

O Assentamento Normandia possui também em suas terras o Centro de Formação Paulo Freire, espaço de formação do MST, e a Agroindústria, que envolve faz beneficiamento de varios produtos da região. De acordo com o Censo Agropecuário, realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agroindústria rural abrange:

Atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto seja dada pelo produtor (IBGE, 2009, p. 62).

O processo de produção agroindustrial dentro da agricultura familiar acarreta importante valorização da cultura, economia e das especificidades locais. Porém, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, apenas 16,7% dos estabelecimentos rurais no Brasil beneficiaram e/ou transformaram algum tipo de matéria-prima (*ibid.*)

Por alguns anos o que era produzido nas terras do assentamento, pelos agricultores e agricultoras era levado para as feiras onde as famílias vendiam os alimentos cultivados de forma independente.

Em 2008, começaram a comercializar para o PAA e foram provocados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, que administrava o PAA, a produzir mais, o que exigiu deles uma articulação em grupo para alcançar a demanda solicitada. Este foi o momento que a Agroindústria teve a oportunidade de acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Agricultoras e agricultores do Assentamento Normandia, viram no trabalho em conjunto um caminho para garantir a diversidade de produtos, com qualidade, quantidade e regularidade na oferta.

Com esse movimento de articular um coletivo para participar da chamada pública do PNAE, começaram a investir entre final de 2012 e 2013, fortalecendo a capacidade organizativa. Alguns programas foram acessados, como o ProRural, programa do Governo Estadual de Pernambuco, com recursos do Banco Mundial; e em 2013, assinaram um convênio com a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária para implantação da agroindústria de beneficiamento de raízes e tubérculos, inaugurando em dezembro de 2013 a Agroindústria com uma nova estrutura.

As mulheres de Normandia, nesse processo de fortalecimento da geração de renda no assentamento, têm como história uma participação que é colocada em momentos como protagonista e em outras como coadjuvantes. Em seu papel coadjuvante, a Agroindústria é um espaço ideal para exemplificar, pois sempre estiveram presentes no beneficiamento dos alimentos; já o papel de protagonista, elas se intitularam como Boleiras de Normandia.

As mulheres sempre estiveram presentes no espaço da Agroindústria, mas a necessidade de se organizarem para transformar as atividades cotidianas de produção e reprodução da vida como algo que pudesse ampliar sua renda e seus processos de autonomia, surgiu quando foi proposto a possibilidade de se constituir um grupo de mulheres que pudessem produzir bolos para o PNAE. O envolvimento destas mulheres nos espaços de discussão do Assentamento, seja na agroindústria, nos

seus quintais produtivos, nas feiras ou nos cuidados domésticos foi uma forma de fortalecimento e estímulo à organização do grupo de Boleiras.

Através de práticas tradicionais, as Boleiras de Normandia começaram a se reunir semanalmente para entender em que poderiam contribuir no desenvolvimento da unidade de produção familiar. Porém, não conseguiam visualizar as atividades realizadas por elas como um trabalho que gerasse renda e bem-estar para si e para sua família, mas como um trabalho secundário, não valorizado.

As mulheres rurais e suas organizações desenvolvem atividades na construção do desenvolvimento rural através da produção de alimentos (*in natura* ou processado), na criação de pequenos animais, na preservação da biodiversidade, produção e uso de plantas medicinais, aromáticas e condimentares, com participação fundamental em diversas áreas da inclusão social, da saúde, da conservação do ambiente, da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Entendendo que estas mulheres já estavam envolvidas no beneficiamento na Agroindústria, elas colaboraram no fortalecimento da ideia de que, ao invés de cada família ter uma banca para comercializar os produtos na feira da região, o que era comum, elas contribuíram na mobilização dos produtores de comunidades e municípios vizinhos com a ideia de somar forças. Assim surgiram cinco redes produtivas que, juntas, formaram uma grande rede de comercialização. São elas:

- 1) Rede Produtiva de Tubérculos, Caprinos, Bovinos
- 2) Rede Produtiva de Avicultura
- 3) Rede Produtiva de Fruticultura
- 4) Rede Produtiva de Hortaliças
- 5) Rede de Mandioca e Milho

A articulação em rede é o ponto principal desta experiência. O funcionamento é da seguinte forma: agricultoras e agricultores se articulam em cinco redes produtivas da agricultura familiar, sendo que cada rede tem um assentamento ou povoado como ponto focal:

- 1) Rede Produtiva de Tubérculos, Caprinos, Bovinos (Assentamento Normandia);
- 2) Rede Produtiva de Avicultura (Comunidade de Pau Santo);
- 3) Rede Produtiva de Fruticultura (Comunidade de Serra Velha);
- 4) Rede Produtiva de Hortaliças (Comunidade de Peladas)
- 5) Rede de Mandioca e Milho (Comunidade de Serrote dos Bois).

Ao todo, são 23 comunidades envolvidas, sendo sete assentamentos e 16 povoados. Articulados em redes, os grupos acessam o mercado institucional, fornecendo para o PNAE. Inicialmente, eles também forneciam para o PAA.

Cada rede tem CNPJ próprio e sua gestão é feita por associações ou cooperativas de cada comunidade. A Associação de Assentados e Assentadas de Normandia tem atualmente 67 associados; a Cooperativa de Assentados e Assentadas de Normandia (Cooponor) conta com 17 cooperados.

A organização em rede contribui para garantir a diversidade dos produtos a serem oferecidos no mercado. Durante as reuniões, os envolvidos conseguem ter um mapeamento da produção e saber quais são as novidades para melhor atender o mercado institucional.

O diferencial desta experiência é a participação de mulheres e jovens em espaços de gestão no Assentamento (associação, cooperativa, Centro Paulo Freire, etc.), de forma geral, mas especialmente na Agroindústria. Essa participação contribui também para o fortalecimento da agrovila, com estímulo de cultivo em áreas coletivas; capacitações e trocas entre as famílias para manutenção dos quintais produtivos; a possibilidade de trabalho para mulheres que antes tinham sua mão de obra explorada por grandes fábricas do ramo têxtil que predominam na região; e a capacidade de produzir e comercializar em rede, o que garante um maior alcance na comercialização dos produtos.

Atualmente, a Agroindústria é gerida pela Cooperativa dos Assentados de Normandia (Cooponor) e tem forte presença feminina. Além de assumirem funções de gestão do empreendimento, mulheres atuam na produção, fazendo o beneficiamento de tubérculos e carnes.

O trabalho depende da quantidade de matéria bruta para ser beneficiada e da demanda de comercialização. Em época de férias escolares, por exemplo, o trabalho é feito apenas duas vezes na semana, pois a demanda de compra para o PNAE é menor.

Foi dessa forma que essas agricultoras conseguiram fortalecer a capacidade produtiva, acessar recursos e unir esforços para a estruturação da Agroindústria de Normandia.

No início dessa organização os homens estavam em maioria, por achar que as mulheres não tinham resistência para este trabalho de beneficiamento de alimentos, pois exigia força, mas as mulheres pediram um espaço e começaram a demonstrar que não só tinham capacidade para contribuir com seu trabalho, como poderiam coordenar a Agroindústria e agregar um Grupo de Boleiras que estava se organizando na produção de Bolos e outros alimentos.

Um dos resultados da organização das mulheres da Agroindústria foi o fortalecimento do Grupo das Boleiras, assentadas e não assentadas. Produzindo bolos caseiros, começaram a oferecer na alimentação escolar de Caruaru, via Secretaria Estadual de Educação. Algumas das Boleiras se dividiram entre o trabalho do beneficiamento na Agroindústria e no grupo das Boleiras, além do trabalho doméstico que acumulam.

Nesse atual cenário da pandemia, a produção passou por muitos desafios que, principalmente, afetou o Grupo de Boleiras, que teve que suspender sua produção para as feiras que eram quinzenais

na Universidade Católica e o Armazém do Campo no Recife-PE, ficando restrita ao PNAE, que quase sempre atrasa o pagamento, e também teve uma diminuição de pedidos. Assim, o número de Boleiras diminuiu, pois tiveram que buscar outra renda (costurando) ou retornaram para suas casas, desenvolvendo seu trabalho doméstico e em seus quintais.

Para o grupo das Boleiras avançar elas perceberam que tinham que investir no aperfeiçoamento de sua produção sendo o carro chefe a produção de Bolos. Alguns parceiros como professores da UFRPE, da Residência Saúde do Campo (UPE), foram importantes para a adequação quanto aos treinamentos para manipulação dos alimentos e padronização da elaboração dos bolos e outras receitas, valorizando os alimentos cultivados pelas famílias e beneficiados na Agroindústria.

A agroindústria também foi uma forte motivadora para as Boleiras se organizarem não só enquanto ação coletiva, mas para buscar aperfeiçoar sua produção e melhorar a gestão do novo empreendimento que estava surgindo.

Para o trabalho dessa produção progredir, elas passaram a investir tudo o que recebiam das vendas, adquirindo equipamentos e fardamento, adequação do espaço, que inicialmente era em uma sala no Grande Casarão em Normandia, com mesas que foram cedidas pelo refeitório do Centro de Formação Paulo Freire. Alguns itens como batedeiras e tigelas, elas traziam de suas casas ou tomavam emprestado com vizinhos. Outros gastos como transporte e alimentação, telefonia e internet, também passaram a ser contemplado no orçamento mensal.

Os retornos conseguidos com a comercialização em feiras, eventos, Armazém do Campo e o PNAE, possibilitaram que avançassem e pudessem pensar num espaço maior e mais bem estruturando, com isto conquistaram um espaço na Agroindústria. Além dos equipamentos adquiridos, contaram também uma estruturação higiênico sanitária dentro dos padrões da Vigilância Sanitária.

Balanços detalhados da produção passaram a ser rotineiros, para que as mulheres tivessem conhecimento do que exatamente investiam de matéria-prima e o que tinha de retorno com as vendas. Quanto à manutenção da agroindústria, Mauricéia (que compõe o grupo de Boleiras e é vice-presidente da cooperativa) destaca a importância da limpeza e da higienização do espaço e dos equipamentos adequados.

Com a nova estrutura do espaço de beneficiamento, a renda aumentou, e também aumentou a capacidade de organização, ampliaram as possibilidades de geração de renda. “A Agroindústria veio para despertar o potencial que já existia em nós, mulheres. Mudou o olhar sobre a produção e passamos a entender que somos nós que ajudamos a fazer as coisas brotarem”, conta Mauricéia. A melhor organização das mulheres no sistema de beneficiamento trouxe frutos, como a criação de mais

um grupo produtivo, o Grupo das Boleiras que, reciprocamente, se fortaleceu e veio a fortalecer a Agroindústria.

Além de trabalharem fora de casa, essas mulheres passaram também a assumir outras funções, em espaços decisórios. Há relatos de trabalhadoras da agroindústria que já começam a dividir tarefas domésticas com os maridos, no período em que elas estão no trabalho. Outra mudança apontada é o fato de que o trabalho na agroindústria fortalece a reeducação alimentar de famílias que passam a comer o que produzem, sem agrotóxico.

Para as mulheres boleiras do Assentamento Normandia o trabalho tem um significado maior do que empreendimento e lucratividade. Em um espaço da agroindústria financiada pelo Governo de Pernambuco e Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, através do ProRural, as mulheres se encontram para fazer bolos e pães, mas além disso, se juntam para falar de assuntos de saúde, cultura, moda, beleza, entre outros, que enriquecem mais a autoestima e melhoram a qualidade de vida das agricultoras, para além do que visam como ganho financeiro.

Para uma das mulheres da associação, Mauricéia Matias, as profissionais são muito mais do que um grupo de boleiras. “Somos um grupo de mulheres que tratamos de assuntos de mulher, inclusive de ganhar dinheiro. Todas nós temos outra renda, mas aqui tem gente que cura até depressão”. Ela lembra ainda que o grupo tem mulher de mais de 70 anos, assim como de 20 anos, que se encontram mensalmente para dividir mais do que trabalho e lucro, mas para tratar da vida.

O espaço das mulheres da Normandia não se restringe à produção de bolos. Dos 38 trabalhadores da agroindústria, 23 são mulheres. Elas ajudam a processar aproximadamente 150 toneladas/ano de alimento (carnes e tubérculos), que são fornecidos para 177 escolas de 39 municípios do Agreste e Zona da Mata Sul. Com o trabalho em regime de diárias, onde recebem R\$ 50,00/dia, chegam a receber mais de R\$ 1mil por mês. O projeto, orçado em R\$ 359.849,00, e financiado pelo Projeto Pernambuco Rural Sustentável (PRS), com verba do acordo de empréstimo com o Banco Mundial, já movimenta R\$ 5 milhões por ano.

Com a colaboração do Grupo de Consumo Responsável Fruto da Terra, os produtos das boleiras de Normandia chegaram aos consumidores do Recife. A cada 15 dias, elas e mais seis agricultores da região Agreste montam barracas na Universidade Católica de Pernambuco para vender os produtos que vêm direto da agricultura familiar para o consumidor.

A ideia do grupo de consumo, hoje formado por aproximadamente 60 pessoas, entre voluntários e consumidores, é contribuir para a comercialização baseada na autogestão, na produção agroecológica e do comércio justo, responsável e consciente. Assim, cada produtor chega à feira com a maior parte da produção já vendida e com o apoio dos parceiros (UFRPE, IPA, Instituto Humanitas), vende cem por cento do que trazem do campo para comercializar na capital.

Segundo o professor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), Caetano De'Carli, trabalhar a comercialização de produtos da agricultura familiar foi uma demanda do Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco, e com o Grupo de Consumo, hoje já são vendidas 10 cestas com produtos em cada feira, o equivalente a R\$ 1.500, que representa apenas vinte por cento dos produtos trazidos pelos agricultores. “Eles vendem tudo o que trazem e ainda há mercado para mais”, enfatiza.

Raízes e tubérculos, carnes e bolos são produtos produzidos no Assentamento Normandia. Só em Recife, 300 escolas têm contrato com a associação dos trabalhadores assentados para o recebimento de insumos destinados às merendas. Guiando uma visita na agroindústria, a assentada e presidenta da associação, Mauricéia Matias, transmite o orgulho do trabalho que tem sido desenvolvido no local.

A estrutura começou a ganhar forma há quatro anos e, à época, o maior desafio foi erguer as paredes aos poucos, com 45% do financiamento vindo do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o restante das parcerias feitas com o assentamento junto às políticas públicas da reforma agrária. Para Mauricéia, o Centro Paulo Freire tem total importância na criação da indústria no campo, afinal sua estrutura foi utilizada para o beneficiamento dos produtos antes da agroindústria ser erguida.

Segundo as boleiras, atualmente, o que falta mesmo é aumentar o número de equipamentos como câmaras de resfriamento, máquinas de descascar e de embalar a vácuo. Ao todo, 28 trabalhadores atuam na agroindústria, mas outros assentamentos e organizações também utilizam as estruturas industriais de Normandia.

Antes da pandemia, as mulheres que ficavam na Agroindústria costumavam trabalhar quatro dias ou mais. Em uma jornada de seis horas de trabalho e nos dias que não estavam na agroindústria ou quando finalizavam mais cedo seu trabalho, as mulheres iam para grupo das Boleiras para produzir não só bolos, mas doces, compotas e outros alimentos que iam aperfeiçoando, além do outro turno em suas casas (cuidar dos filhos e o trabalho doméstico).

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO DAS BOLEIRAS NA AGROINDÚSTRIA DE NORMANDIA

Para as mulheres, o sistema capitalista pode ser considerado opressor no que concerne à divisão do trabalho e à participação política. Essa estrutura hierárquica patriarcal separa o domínio dos meios de produção dos trabalhadores, alienando seu trabalho e, além disso, fragmenta o espaço doméstico e o de produção, o que criou um padrão no qual o único esforço que merece ser chamado de trabalho produtivo é aquele que é transformado em salário.

Essa situação fez as mulheres Boleiras de Normandia refletirem sobre sua responsabilidade pelo ambiente doméstico, desempenhando “o papel de principal responsável” pela casa e pelos filhos, e que o lar era seu espaço por excelência, a ponto de passar a só admitir seu afastamento do papel de esposa e mãe em casos de necessidade financeira.

Assim, mesmo quando as mulheres começaram a se organizar quanto coletivo, a ter um tempo maior para produzir os bolos e atuar na agroindústria, trabalhar fora do âmbito doméstico, isso acarretou uma dupla jornada, pois elas continuaram e continuam sendo as únicas responsáveis pelas atividades domésticas, que não são consideradas trabalho.

No meio rural a relação de trabalho assalariado não é comum, pois em sua maioria eles são trabalhadores e donos dos meios de produção. No entanto, ali também ocorre a desvalorização do trabalho das mulheres rurais, que ficam responsáveis pelos afazeres domésticos, mesmo que trabalhem igualmente no roçado/na lavoura. Neste contexto, ocorre a indivisibilidade das rendas entre os membros da família que permanecem sob a responsabilidade do chefe de família, que, na grande maioria dos casos, é o pai/marido.

Para essa discussão da responsabilidade da renda, algumas mulheres do coletivo conseguiram se fortalecer e entender que por ser a única provedora de renda na casa, ela tem o direito de determinar em que deve ser investido seu dinheiro em sua casa, e a limitar a dependência ou a autoridade de seus companheiros sobre o que ela recebe do seu trabalho.

O trabalho feminino é em grande parte invisível e, quando chega a ser considerado, é usualmente visto como secundário, existe na atividade rural uma clara divisão hierárquica, na qual os homens são os responsáveis pelas atividades produtivas e as mulheres pelas domésticas. As mulheres “ajudam” nas atividades produtivas, mas essa “ajuda” raramente é recíproca nas atividades domésticas.

Algo desafiador para as Boleiras é o quanto recebem por seu trabalho. Por não ser uma renda fixa paga mensalmente, leva uma instabilidade financeira para as que depende dessa renda. Muitas mulheres acabam submetendo as facções das costuras, que pagam valores irrisórios para passar horas costurando peças de roupas, além do trabalho da casa. Assim, muitas queixam-se de problemas de saúde.

As mulheres trabalhadoras rurais ganham menos que a metade da diária do homem, ainda que trabalhem o mesmo número de horas. A justificativa usada é a de que o trabalho da mulher é um trabalho “leve”, independente de quão exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde (BRUMER; PAULILO, 2004).

Os desafios enfrentados pelas mulheres, através desses coletivos na Agroindústria, além de se consolidarem em suas trajetórias, procuram conquistar mais espaços, tanto para progredir seus

empreendimentos quanto ocupar lugares de falas onde possam apresentar seus potenciais, não apenas o trabalho produtivo a ser valorizado, mas que sejam consideradas enquanto sujeitos de vida e as inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres. O seu papel de preservação e promoção de um ambiente agroecológico e saudável é uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas.

Além disso, quando estas mulheres passam a ter uma renda suficiente para custear suas necessidades, assumem uma importância significativa, pois a renda própria pode tornar as mulheres independentes dos maridos e mais participativas nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade de modo mais amplo. Assim, os processos de resistência são constantes entre as mulheres rurais, para o seu reconhecimento como trabalhadora rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As limitações que o atual momento de pandemia impõe a este grupo de mulheres, percebe-se, que estas organizaram formas reprodutivas socioeconômicas que lhes geram níveis satisfatórios de qualidade de vida. Estas formas de organização, possuem como elemento estruturador a prática do coletivo, no entanto, sendo complementadas pelo desenvolvimento de atividades não-agrícolas. Permitindo desenhos diferenciadas e importantes para a obtenção de renda, a partir de fluxos contínuos de obtenção de rendas monetárias (por meio da venda de produtos e serviços) e não-monetárias (principalmente por meio do autoconsumo dos produtos e serviços) (BRANDÃO; BORGES; BARBOSA, 2016).

Sendo assim, se destacam como elementos-chaves para a organização das Boleiras de Normandia, no que se refere ao sentido dado as conexões reprodutivas socioeconômicas, a organização social das mulheres em torno da questão de gênero e o desenvolvimento de sistemas de produção e preparação dos alimentos e agroindustrial alicerçados nos princípios da agroecologia.

Além disso, esta forma de trabalho incentiva a diversificação produtiva e de formas de obtenção de renda que propicia um ambiente favorável a geração do bem-estar das famílias rurais das mulheres que trabalham na Agroindústria de Normandia.

Portanto, ao se analisar a dialética adotada pelas mulheres rurais do Assentamento de Normandia, associadas ao beneficiamento de seus alimentos ‘Resgatando Sua História’, para sua reprodução socioeconômica, percebe-se que as mesmas organizaram um desenho reprodutivo social, produtivo e econômico alicerçada nos princípios da agroecologia, uma vez que tem como premissa a observância das limitantes existentes de sua forma de trabalhar, bem como, das singularidades existentes nos territórios de vida de cada mulher envolvida nesse coletivo das Boleiras de Normandia.

REFERÊNCIAS

- AMOROZO, M. C. DE M.; GÉLY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas - Barcarena, PA, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 4, n. 1, p. 47-131, 1988.
- BELTRÃO, B. A. *et al.* **Diagnóstico do Município de Caruaru**. Recife: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2005.
- BRANDÃO, T.; BORGES, J.; BARBOSA, L. O protagonismo feminino: um caso de convivência sustentável com o Semiárido nordestino no Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 7, edição especial, p. 169-181, 2016.
- BRUMER, A.; PAULILO, M. I. As agriculturas do Sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 171-174. 2004.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/caruaru.html>. Acesso em: 22 maio. 2022.
- KEMPF, R. B.; WEDIG, J. C. Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. **Mundo Agrario**, v. 20, n. 43, p. e111, abr. 2019.
- LIMA, R. M. B.; SARAGOUSSI, M. Floodplain home gardens on the Central Amazon, in Brazil. In: JUNK, W. J.; OHLY, J. J.; PIEDADE, M. T. F.; SOARES, M. G. M. (Eds.). **The Central Amazon floodplain: actual use and options for a sustainable management**. Leiden: Backhuys, 2000. p. 243-268.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y clasificación social. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 285-327.
- SELENER, D.; CHENIER, J.; ZELAYA, R. **De campesino a campesino: experiencias prácticas de extensión rural**. Quito: IIRR, 1997.
- WINKLERPRINS, A. M. G. A. House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: Linking rural with urban. **Urban Ecosystems**, v. 6, p. 43-65. 2002.

ANA MARIA DUBEUX GERVAIS

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco, mestra em Educação pela Universidade de São Paulo, doutorado em Sociologia pela Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne) e estágio pós-doutoral no CIRAD Montpellier, França, UMR Innovation. Professora Sênior da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE. Membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC). Fundadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE. Atua no acompanhamento de grupos urbanos e rurais na promoção de estratégias de desenvolvimento comunitário, da agroecologia e da economia solidária a partir de metodologias participativas, inclusive no que se refere às estratégias de planejamento comunitário participativo. E-mail: anadubeux66@gmail.com.

HORASA MARIA LIMA DA SILVA ANDRADE

Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Mestra em Ciências Florestais, graduada em Agronomia, Especialista em Administração Escolar e Planejamento Educacional. Professora Associada da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Garanhuns/PE. Coordena o Centro Vocacional Tecnológico em Produção Orgânica e Agroecológica, e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários, da Agroecologia e Agricultura Familiar. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar e Camponesa (AGROFAMILIAR) e da Coordenação Colegiada da Rede Agreste de Agroecologia de Pernambuco (REAGRO). Atua nas áreas voltadas ao ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia, Agricultura Familiar, Extensão Rural, Políticas Públicas, Sistemas Alimentares, Cooperativismo e Economia Solidária, Planejamento e Educação Ambiental e Educação do Campo. E-mail: horasa.andrade@ufape.edu.br.

IVO THADEU LIRA MENDONÇA

Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Mestrado em Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Especialização em Tecnologias de Baixa Emissão de Carbono e graduação em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Extensionista rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco, Petrolândia/PE. Atua em contato direto com comunidades rurais incentivando ações em aquicultura, hortifruticultura, caprinovinocultura, organização social e economia solidária, tomando como norteador os princípios fundamentais de utilização consciente, reaproveitamento dos recursos e conservação do meio. E-mail: ivo.mendonca@ufrpe.com.

JACIRLENE FERNANDES BARBOSA

Assistente social pela Universidade Católica de Pernambuco e Especializada em Associativismo e Cooperativismo pela Universidade Católica de Pernambuco. Atua na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Prefeitura de Petrolândia/PE desenvolvendo ações de organização social e economia solidária para o desenvolvimento municipal. E-mail: jacifb@gmail.com.

JORGE IZIDRO DOS SANTOS

Graduação em Tecnologia Química pela Universidade Federal de Alagoas, Especialização em Desenvolvimento Sustentável para Semiárido Brasileiro. Coordenador Técnico do Projeto Aroeira (geração de renda para famílias de extrema pobreza ordenando a cadeia produtiva da pimenta rosa e outros produtos agrofloretais) da Associação Aroeira em Piaçabuçu/AL.

JUCIANY MEDEIROS ARAÚJO

Graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Nutrição Clínica, Mestre em Avaliação em Saúde e Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). Professora, Tutora e Orientadora da Residência Multiprofissional da Saúde do Campo da Universidade de Pernambuco, e da Residência Multiprofissional da Secretaria de Saúde do Recife-PE. Professora da Faculdade Estácio do Recife, Professora do Centro Universo Recife e Professora da Faculdade ALPHA. Nutricionista do Núcleo de Apoio da Saúde da Família (NASF), da Secretaria de Saúde do Recife-PE e Tutora da Estratégia Amamenta Alimenta Brasil (EAAB). E-mail: juciany_medeiros@msn.com.

JURANDY GOMES DE AQUINO

Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento e Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável pela Universidade de Pernambuco (UPE), Pós-graduado em Gestão Ambiental pela Faculdade Joaquim Nabuco, Pós-graduado em Marketing - Fundação Getúlio Vargas (FGV), Graduado em Administração pela Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco (SOPECE) e Graduado em Gestão Ambiental pela Universidade Estácio de Sá. Professor do Centro Universitário Joaquim Nabuco. Conselheiro do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município do Paulista- PE. E-mail: jurandy.aquino@ufrpe.br.

LUCIANO PIRES DE ANDRADE

Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, graduado em Agronomia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, graduação em Comunicação Social pela Universidade Católica de Pernambuco e Licenciatura em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professor associado da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFape), Garanhuns/PE. É um dos coordenadores do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar e Camponesa (NÚCLEO AGROFAMILIAR) e do Centro Vocacional Tecnológico em Produção Orgânica Agrofamiliar. E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br.

PAULO JOSÉ DE SANTANA

Educador Popular, Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável pela Universidade de Pernambuco (UPE), Especializado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (FCHE). Atua como educador Docente e Coordenador de Extensão e Empreendedorismo do Curso Técnico de Nível Médio em Agroecologia - Eixo Recursos Naturais, ministrado pelo Serviço de Tecnologia Alternativa - SERTA, nas Unidades de Ensino em Glória do Goitá e Ibimirim. Integrante do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) pela Universidade Federal de Pernambuco, Campus Agreste. Membro da Comissão de

Produção Orgânica de Pernambuco (CPOrg-PE) junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), membro do Conselho Estadual de Economia Solidária e do Fórum Estadual de Economia Solidária. E-mail: paulosantanaec@gmail.com.

RAFAEL RICARDO VASCONCELOS DA SILVA

Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Mestrado e Doutorado em Ciências Florestais (PPGCF/UFRPE). Professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). É um dos coordenadores do Laboratório de Ecologia, Conservação e Evolução Biocultural (LECEB), e membro do núcleo de professores permanentes do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos (DIBICT/UFAL). Desenvolve pesquisas em etnobotânica, etnoecologia e ecologia florestal. E-mail: rafael.vasconcelos@ceca.ufal.br.

RITA PAULA DOS SANTOS FERREIRA

Graduanda em Agroecologia pela Universidade Federal de Alagoas, UFAL. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Atua em extensão rural e agroecologia junto a entidades associativas.



Programa de Pós Graduação
**AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL**

CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO

